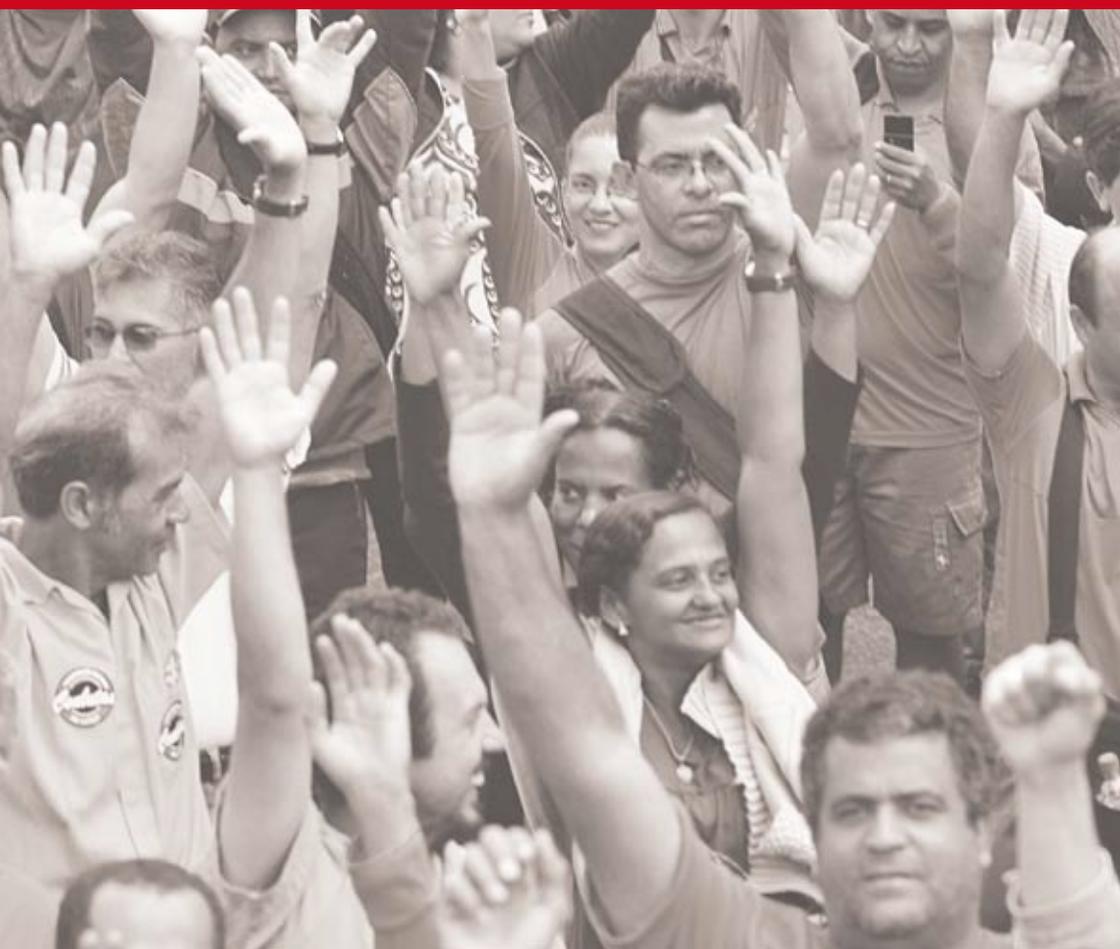




Conceitos Políticos Básicos

Nahuel Moreno e Mercedes Petit



Apresentação

Este texto foi preparado primeiramente para o estudo dos militantes do Movimento aos Socialismo (MAS) argentino.

Seu conteúdo trata de temas políticos básicos: estratégia e tática, propaganda, agitação e ação, programa e palavras-de-ordem, e alguns elementos das táticas de acordos, pactos, unidades de ação e frentes. Até aqui, todo ele já foi publicado anteriormente, em novembro de 1986 no Caderno de Formação nº7 da Convergência Socialista e também em outra edição de agosto de 1989, que contava com um capítulo sobre “análise, caracterização e política”, feito pelos editores brasileiros com base em materiais anteriores dos mesmos autores.

Agora este texto é novamente reimpresso dada a importância do texto, que continua hoje sendo bastante procurado por novos e também velhos militantes revolucionários que buscam bases para sua atuação cotidiana.

São Paulo, abril de 2010

Conceitos Políticos Básicos

Por Nahuel Moreno e Mercedes Petit

Índice

Estratégia e Tática, 7

Propaganda, agitação e ação, 9

Programa e palavras-de-ordem, 12

Análise, caracterização e política, 28

Os acordos, pactos, unidades de ação e as frentes, 32

ESTRATÉGIA E TÁTICA

O marxismo extraiu esses dois conceitos da ciência militar. Como explicávamos no texto *Um documento escandaloso*, de 1973 ⁽¹⁾, a estratégia tem a ver com o objetivo final, de conjunto, a longo prazo, e as táticas são os diversos meios para chegar a esse objetivo. Ambos são termos relativos. Ou seja, sempre temos que definir em relação a quê uma questão é estratégica e em relação a quê uma questão é tática.

Esse caráter relativo dos dois conceitos faz com que o que é estratégico numa determinada etapa ou tarefa parcial, seja ao mesmo tempo tático em relação a um objetivo superior ou mais geral.

No mesmo texto que citamos acima, dávamos como exemplo desse caráter relativo o fato de que, numa etapa de retrocesso das lutas operárias, podemos dizer que temos a estratégia de desenvolver lutas sindicais defensivas, e que em relação a essa estratégia, a tática pode ser, por exemplo, uma greve longa e não outras táticas, como a ocupação de fábrica, por exemplo. Mas a greve longa é uma estratégia em relação à táticas, ao meio que usamos para garanti-la, como por exemplo, a organização de piquetes. E os piquetes passam a ser uma estratégia em relação à táticas que usamos para construí-lo (se são públicos, eleitos em assembléia, ou clandestinos, eleitos secretamente pelo comitê de greve). E a própria estratégia pela qual começamos, o desenvolvimento de lutas sindicais defensivas, torna-se uma tática em relação a nosso objetivo estratégico, que é obter vitórias importantes que ajudem a transformar a etapa de retrocesso em uma etapa de ascenso do movimento operário.

**O trotskismo tem só duas estratégias a longo prazo:
mobilizar as massas e construir o partido para tomar o poder**

Estando clara a definição precisa dos dois termos, passemos agora a um problema político e programático fundamental. Na atual época histórica que vi-

1 *Um Documento Escandaloso* é o texto de Nahuel Moreno conhecido dentro do partido como 'morenaço'. Nele se expressou a resposta do PST (argentino) - o antecessor do MAS - às posições revisionistas do trotskismo que levantavam Ernest Mandel e a maioria do Secretariado Unificado nos seus documentos preparatórios do Décimo Congresso Mundial, que se realizou em Fevereiro de 1974.

vemos – da dominação imperialista decadente e da revolução socialista – nós, trotskistas, temos algum objetivo estratégico fundamental, decisivo, a longo prazo? A resposta é que, a longo prazo e a escala nacional e mundial, ou seja, em cada um dos países e em todo o mundo, temos duas estratégias, ou dois objetivos estratégicos permanentes: construir o partido, para que a classe operária e as massas tenham uma direção revolucionária, e a mobilização da classe operária e das massas para tomar o poder e fazer a revolução socialista vitoriosa.

Para nós, esse é o caminho para derrotar a burguesia, o imperialismo e seus agentes, as direções traidoras e burocráticas, ou seja, o stalinismo em todas as suas variantes, do maoísmo ao castrismo, o sandinismo, a social-democracia e as burocracias sindicais do mundo todo, e instaurar o socialismo em nosso país e no mundo. Enquanto estivermos na atual época histórica, de luta implacável contra o imperialismo e seus agentes, em relação a esses dois objetivos estratégicos fundamentais, todo o resto é tático, mesmo que falemos uma infinidade de vezes em estratégias, em relação a todo tipo de tarefas e situações ou etapas parciais.

Para desenvolver essas duas estratégias, podemos e devemos procurar e utilizar as táticas adequadas a cada momento: intervir nas eleições, formar chapas de oposição antiburocráticas, fazer reivindicações econômicas mínimas de aumento de salários, etc, etc. Qualquer tática pode ser válida se é que serve, na situação concreta da luta de classes, para melhor conquistar nossa estratégia. Por isso, as táticas são usadas e descartadas sempre que necessário, de acordo com as mudanças na luta de classes.

Como explicávamos no texto citado, esta definição dos fins estratégicos a longo prazo e do caráter variável e amplo das táticas é característica dos bolcheviques, do leninismo e do trotskismo. Outras correntes do movimento operário fazem o oposto. Confundem a estratégia com algumas táticas privilegiadas e as transformam em estratégia permanente. Por exemplo, a social-democracia, desde o começo do século, transformou as táticas corretas de intervenção eleitoral e no Parlamento através de deputados operários, em um fim em si mesmo, estratégico, ao qual subordinou todo o resto, inclusive a greve e a mobilização independente das massas. Os partidos comunistas stalinistas transformam as táticas corretas de fazer acordos ou unidade de ação conjunturais com setores burgueses contra o imperialismo ou os fascistas (por exemplo, na Faculdade de Direito de Buenos Aires, formar um grupo armado junto com os militantes do Partido Radical para nos defender

dos fascistas), em uma estratégia frentista permanente com a burguesia no terreno das frentes populares, ou seja, da conciliação de classes. Os guerrilheiros transformam a luta armada em estratégia sagrada e permanente. Os anarquistas cometem o erro oposto. Só aceitam os princípios e as estratégias, não as táticas. A única resposta do anarquismo clássico às lutas diárias do movimento operário desde o século passado, por salários, políticas, democráticas, ou o que fossem, era *Abaixo o estado burguês!*

A história do bolchevismo, pelo contrário, é uma luta constante para impor em todos os campos (tanto o da construção do partido, como o da mobilização das massas), os meios e as táticas adequadas a cada momento da luta de classes, contra as diversas correntes que reivindicavam um só meio ou tática, transformado em estratégia. O bolchevismo lutou contra os terroristas, mas soube usar o terror; lutou contra os sindicalistas, mas foi o campeão na luta sindical; lutou contra os parlamentaristas, mas usou o parlamento de forma hábil e revolucionária; lutou contra a guerrilha, mas soube fazer guerrilhas; lutou contra os espontaneístas, mas soube colocar-se à frente das mobilizações espontâneas. E, diferentemente dos anarquistas, que passaram toda vida ameaçando com “Abaixo o estado burguês”, sem consegui-lo, o bolchevismo soube fazê-lo quando foi necessário e possível. Isto porque todas as táticas, que utilizou com audácia e sem nenhum preconceito, sempre estiveram a serviço de seu grande objetivo estratégico: seu desenvolvimento como partido dos trabalhadores, para que as massas russas tivessem uma direção revolucionária e, ao mesmo tempo, a mobilização dessas mesmas massas, o que lhe permitiu tomar o poder e fazer a revolução socialista em Outubro de 1917.

Algumas características de nossos objetivos estratégicos

Nossas duas grandes tarefas permanentes, a construção do partido e a mobilização, têm, cada uma delas, suas próprias características, suas próprias leis de desenvolvimento, específicas, ainda que estejam indissolúvelmente unidas e ambas se dêem no mesmo marco, que determina tudo, que é a luta de classes e sua dinâmica. Aqui, para os objetivos de nosso estudo, queremos nos deter somente em um aspecto, no qual ambas as tarefas são apostas. Esquecê-lo é muito perigoso, já que pode destruir o partido e não ajuda a mobilização. A primeira, a construção do partido, depende muito de nós (é

subjetiva), enquanto que a mobilização, não. E independente dos desejos e da vontade (e até da existência) dos revolucionários. Por isso dizemos que é objetiva. Quando ocorre, ocorre. Há etapas de luta e de mobilização, e etapas nas quais estas não ocorrem. Por isso é tão importante procurar sempre as táticas, a política, que responda à situação objetiva.

Se não há vontades revolucionárias unidas que se proponham, de maneira constante e conseqüente, a construir um partido revolucionário, este não existirá. Nesse sentido depende de nós, enquanto que a mobilização é o oposto. Não depende da vontade ou do que façam os revolucionários. Inclusive a mobilização revolucionária, que provoca a crise revolucionária e o vazio de poder. Esquecer este aspecto decisivo da mobilização de massas não somente levaria os revolucionários como nós a errar nas táticas (uma tática própria da etapa de mobilização, colocada numa etapa de retrocesso, não somente não provoca a mobilização, como destrói o partido), como também está na base de todos os desvios voluntaristas das diferentes variantes do guerrilheirismo foquista e terrorista.

Nossa insistência no caráter objetivo da mobilização, independente de nossa vontade, é mais importante pelo fato de que, hoje em dia, todos os grupos trotskistas, inclusive nós, não somos partidos com influência de massas. Diante de um partido revolucionário com influência de massas, a questão mudaria bastante, mas não totalmente. Independentemente do tamanho do partido, a busca sistemática de mobilização em nossa tática política somente poderá se dar nas etapas nas quais essas condições de mobilização existam. Quando for este o caso, se já somos um partido com certa influência, ou pelo menos um partido sólido, mesmo que seja de vanguarda, e não um pequeno grupo, será tarefa fundamental a busca sistemática da ação, da mobilização, aliada às tarefas específicas de construção do partido. A partir daí poderão se dar as táticas mais diversas.

PROPAGANDA, AGITAÇÃO E AÇÃO

Queremos simplesmente recordar as definições clássicas.

Propaganda é a atividade de dar muitas idéias a poucas pessoas. **Agitação** é a atividade de dar poucas idéias a muitas pessoas. No texto Partido mande-

lista ou partido leninista?², dizíamos:

A propaganda abrange desde um curso de economia marxista ou de lógica dialética até a conversa individual com um ativista operário ao qual explicamos a situação nacional e internacional, nosso programa e as diferenças entre a nossa e as outras organizações operárias. A agitação, pelo contrário, consiste em colocar umas poucas palavras de ordem (às vezes somente uma), que dêem solução para a luta que esteja colocada em cada momento para o movimento operário ou de massas (aumentos salariais, liberdades democráticas, assembléia constituinte, todo o poder aos soviets, etc.) (p. 40)

O MAS, que no momento é um partido pequeno em relação a toda a classe operária argentina, em relação à população explorada do país, faz com seu jornal um trabalho sistemático, semanalmente, de propaganda sobre os ativistas e trabalhadores dos sindicatos e bairros que não lêem. Durante a campanha eleitoral tivemos a oportunidade de fazer agitação para uma audiência muito maior, em torno, por exemplo, da palavra de ordem de não pagamento da dívida externa. Em geral, a propaganda se dirige à vanguarda e a agitação a toda a população trabalhadora, à classe operária e às massas exploradas. Devido às nossas forças atuais, dificilmente o partido pode fazer “agitação” para toda a população no sentido estrito do termo, salvo uma situação excepcional como a campanha eleitoral. Entretanto, ao falar de um sindicato ou uma fábrica, podemos sim fazer agitação quando, em função de uma luta ou de uma campanha de eleição sindical, nos jogamos com tudo, imprimimos milhares e milhares de panfletos, fazemos piquetes nas portas de fábricas etc. Nos colocando na perspectiva de nos transformarmos em um partido com influência de massas, podemos dizer que o que caracteriza a atividade de um partido revolucionário é a agitação sobre o conjunto da população explorada. Atualmente, salvo algumas exceções, podemos intervir assim somente em sindicatos ou empresas.

O companheiro James Cannon, antigo dirigente norte-americano da III Internacional, e um dos primeiros a acompanhar Trotsky em sua luta contra a burocratização do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e da III Internacional, nas décadas 20 e 30, fez uma contribuição importan-

2 Este texto é o Capítulo VI do trabalho anteriormente citado *Um documento escandaloso*

te para estas definições clássicas de agitação e propaganda. Cannon agregou um segundo tipo de agitação, para a ação: o lançamento de palavras de ordem para serem concretizadas. Não somente para que sejam ouvidas por milhares de pessoas, mas também para que, ao ouvi-las, esses milhares passem à ação, porque estão maduras as condições subjetivas. A palavra de ordem será meramente agitativa, ou para a ação, segundo as possibilidades de que seja concretizada, segundo a consciência da classe trabalhadora. As palavras de ordem que colocamos em nossa agitação refletem necessidades prementes, urgentes, e se combinam, ou melhor dizendo, quando se combinam com um amplo nível de consciência – ou seja, com o fato de que os trabalhadores se dão conta de que têm que fazê-las, ou que têm que sair com decisão à luta para conquistá-las – se transformam em palavras de ordem para a ação. Por exemplo, a palavra de ordem que Trotsky sempre sugeria aos companheiros do SWP dos EUA, de formar um partido trabalhista, era meramente agitativa. De repente, os companheiros a transformaram em outra palavra de ordem parecida, mas errada: “ façamos já um partido trabalhista”. Dissemos errada porque ninguém queria fazê-lo naquele momento, nem os operários, nem seus dirigentes sindicais. O que quer dizer a palavra de ordem que o MAS levanta sistematicamente, de que necessitamos de um partido dos trabalhadores? Significa que estamos chamando os dirigentes sindicais, os ativistas classistas e todos os trabalhadores a não se unirem politicamente com os patrões, e sim ter um partido da classe, considerando-o uma tarefa urgente, muito necessária, e que deve ser feita o quanto antes. Mas sabemos que, infelizmente, não podemos fazê-lo já, não podemos convocar uma reunião ou congresso de fundação desse partido operário, porque não existem correntes operárias, dispostas a fazê-lo. Desgraçadamente não existe esse nível de consciência e, portanto, não é uma palavra de ordem para a ação. Entretanto, no Brasil, em 1979, o chamado da Convergência Socialista, nosso partido irmão brasileiro, teve um eco favorável, e foi tomado para a ação por um importante setor de vanguarda operária, em particular pelos metalúrgicos da Grande São Paulo, encabeçados pelo dirigente Lula, e se formou o PT.

Um exemplo positivo, que se concretizou de imediato, pode ser o chamado “Façamos uma marcha unitária contra a OTAN”, na Espanha, neste ano, quando começaram a desenvolver as mobilizações pacifistas anti-OTAN,

antes do plebiscito feito por Felipe Gonzáles, sobre se se entrava ou não na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte, a direção militar dos principais países imperialistas europeus e Estados Unidos). Apesar de que nosso partido, o PST espanhol, é muito pequeno, a marcha unitária se realizou, houve uma ação das massas, porque o chamado correspondia à dinâmica da situação do país naquele momento.

Esta importante precisão de Cannon sobre a agitação para a ação nos permite fazer uma vinculação ao que dizíamos anteriormente em relação às nossas tarefas estratégicas. Podemos dizer que há “agitação para a ação” para as massas, e “agitação para a ação” para o próprio partido, internas a nosso movimento. Por exemplo, em 1984/85, o MAS discutiu e resolveu colocar uma palavra de ordem para a ação partidária: “Façamos mil equipes de base”. Mesmo que estejam indubitavelmente vinculadas, existe uma diferença evidente entre as ações e mobilizações que fazem as massas e as que propomos a nossos partidos.

PROGRAMA E PALAVRAS-DE-ORDEM

Esquemáticamente poderíamos dizer que a palavra-de-ordem é uma só idéia ou tarefa, e o programa é todo um sistema, um conjunto de palavras-de-ordem que respondem às tarefas para toda uma etapa, para um período.

Para dar um exemplo de programa, podemos dizer que os documentos dos quatro primeiros Congressos da III Internacional (1919-1922), o *Programa de Transição* (1938) e outros documentos trotskistas importantes, até chegar ao Manifesto da LIT (1985), são para nós a base programática, o enunciado das tarefas históricas para a classe operária e a direção revolucionária na época de dominação imperialista decadente que estamos vivendo.

Em 1985 o MAS votou seu Programa, onde colocamos o que é necessário fazer na Argentina atual para sair da decadência, para resolver o problema da exploração e da submissão ao imperialismo.

Tanto nos programas que mencionamos anteriormente como no nosso, existem inúmeras idéias e tarefas, inúmeras palavras-de-ordem, mas de importância diferente. Podemos sintetizar a estrutura de um programa assina-

lado que ele deve responder em toda etapa a três problemas fundamentais: o do governo, do regime e do sistema. E em tomo da resposta que damos a estes três problemas ou eixos fundamentais, em cada etapa, que irão se combinando todos os demais problemas e tarefas. No folheto 1982: começa a revolução, em relação às mudanças no programa em função das mudanças na etapa, dizemos: “Esta mudança na situação objetiva (pela vitória da revolução democrática) impõe uma mudança no programa e palavras-de-ordem partidárias. Na etapa contra-revolucionária, sob a ditadura militar, nossa palavra-de-ordem central era negativa: Abaixo a ditadura! Assim como foi na Rússia, Cuba ou Nicarágua: Abaixo o Czar, Batista ou Somoza! Porque para abrir caminho para a revolução socialista, devíamos, antes de mais nada, destruir o obstáculo do regime burguês contra-revolucionário. Porém, a partir da vitória da revolução democrática, da queda desse regime, as palavras-de-ordem anticapitalistas passam a ser centrais. Se antes chamávamos os trabalhadores a concentrar suas mobilizações para derrubar a ditadura, agora os chamamos para que concentrem forças para liquidar o sistema capitalista imperialista. Dizemos a eles que a grande tarefa é derrotar os partidos burgueses e pequeno-burgueses que estão no poder, para que a classe operária assuma o governo com seus partidos e organizações. Os chamamos a fazer uma nova revolução para mudar o caráter do estado, não somente do regime político: uma revolução social ou socialista. Poderíamos dizer que os chamamos para que façam de forma consciente e centralizada o que estão fazendo de fato de forma inconsciente e dispersa: lutar contra o capitalismo e o estado burguês.

Aparentemente, as palavras-de-ordem parciais nesta etapa são as mesmas que na anterior: sempre chamamos à luta por salários, empregos, educação, moradia, saúde, liberdade e libertação nacional da opressão imperialista. Porém, antes da queda da ditadura, todas essas palavras-de-ordem se uniam em tomo à de derrubar o regime político, a ditadura militar. Agora, nesta etapa revolucionária e sob o novo governo se unem em torno ao eixo de terminar com sistema capitalista semicolonial, ou seja, com o estado burguês, para impor o socialismo.

“Por isso, nesta etapa, nossas palavras-de-ordem centrais já não são negativas como antes, mas sim positivas. Dizemos, evidentemente, ‘Abaixo o regime capitalista semicolonial!’, mas colocamos fundamentalmente ‘Por

um governo de classe operária apoiado no povo trabalhador!'. Esta palavra-de-ordem central assumirá as formas mais concretas possíveis, como foi na Rússia, 'Todo o poder aos Soviets', ou na Bolívia, 'Todo o poder à COB!'. Neste momento, como ainda não existem na Argentina organismos e poder das massas, como foram os Soviets ou os sindicatos revolucionários, temos que colocar uma palavra-de-ordem mais abstrata em geral: Por um governo socialista ou operário e socialista. Mas devemos nos preparar para detectar o surgimento desses organismos de poder das massas. E também, no caso de que não surjam, ou sejam fracos, ou se dêem ao mesmo tempo que o aparecimento de partidos burgueses ou pequeno-burgueses, que se enfrentem objetivamente com o imperialismo, devemos estar preparados para chamar esses partidos – que hoje não existem – a que tomem o poder e rompam com a burguesia, ou seja, o governo operário e camponês ou – no nosso caso – operário e popular". (p. 27 e 28)

No Programa do MAS, introduzimos uma palavra-de-ordem programática muito importante como expressão atual, como ponte ou transição para a palavra-de-ordem de poder do governo operário e popular, que é por um "Plano econômico da CGT", que seja votado democraticamente e controlado pelos trabalhadores, e que foi adquirindo cada vez mais atualidade frente ao crescente deterioramento da situação econômico-social do país e a entrega ao imperialismo.

As palavras-de-ordem

Enquanto que para cada etapa de classes há um programa, podemos dizer que as palavras-de-ordem são infinitas. Não pagamento da dívida externa! Moratória! Fora Rockefeller! Vote chapa 2! Abaixo o burocrata tal! Paremos todos no dia 25!, são todas palavras-de-ordem.

Poderíamos continuar dando centenas e milhares de exemplos. Podemos agrupar ou classificar as palavras-de-ordem a partir de diferentes pontos de vista. Pelo tipo de tarefas que foram surgindo nas diversas épocas históricas, nosso programa abarca vários tipos de palavras-de-ordem. As democráticas, desde o século XVIII, arrancadas pelo povo e para todo o povo na época do ascenso do capitalismo (liberdade de trabalho, igualdade perante a lei, governo eleito pelo voto, reforma agrária, independência ou unidade nacional,

etc.). A partir da segunda metade do século XIX, as mínimas, econômicas ou parciais, arrancadas por e para a classe operária, na época das reformas do capitalismo e surgimento do imperialismo (jornada de oito horas e demais leis trabalhistas, como a proteção do trabalho das mulheres e das crianças, justiça trabalhista, liberdade de organização nos sindicatos, legalidade para os partidos operários, etc.).

Com a entrada na época atual, de revolução socialista internacional e decadência e contra-revolução do imperialismo e da burguesia, iniciada com a guerra imperialista de 1914 a 1918, com o triunfo da revolução socialista na Rússia em Outubro de 1917, e que logo se expressou nos fenômenos contra-revolucionários do fascismo nos países capitalistas e de stalinismo no primeiro estado operário, surgem novas tarefas e palavras-de ordem: as transitórias, as da revolução política ou luta antiburocrática na URSS e, frente ao fascismo e a contra-revolução burguesa, as democráticas tradicionais readquirem uma importância enorme.

O Programa de Transição (Trotsky, 1938) define assim esta época:

“... a época do capitalismo em decomposição, quando já não lhe é possível tratar de reformas sociais sistemáticas, nem da elevação do nível de vida das massas; quando a burguesia retoma cada vez mais com a mão direita o dobro do que deu a esquerda (impostos, inflação, “deflação”, vida cara, desemprego, taxas alfandegárias, lei de greve, etc.); quando qualquer reivindicação séria do proletariado e até qualquer reivindicação progressiva da pequena-burguesia conduzem inevitavelmente além dos limites da propriedade capitalista e do estado burguês.”

Poderíamos definir as reivindicações transitórias propriamente ditas como aquelas “soluções socialistas”, aquelas tarefas do poder operário que levantamos atualmente diante do agravamento das condições de vida das massas sob a decadência do sistema capitalista. Diz o *Programa de Transição*:

“É preciso ajudar as massas no processo da luta cotidiana, a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias, partindo das condições atuais e da consciência atual de amplas camadas da classe operária e conduzindo invariavelmente a uma só e mesma direção: a conquista do poder pelo proletariado.”

A revolução política

Além disso, o *Programa de Transição* assinala outro aspecto característico desta época: a burocratização das organizações operárias, em particular dos sindicatos e muito especialmente, a partir da década de vinte, a burocratização do primeiro estado operário - a União Soviética -, o que tem como consequência trágica “a cristã histórica da direção do proletariado, e coloca como urgentes e decisivas as tarefas e reivindicações da revolução política, da luta antiburocrática e a necessidade de construir uma nova direção revolucionária internacional.

A expressão revolução política, desenvolvida por Trotsky em seu livro *A Revolução Traída* (1936), onde analisa detalhadamente o fenômeno social da burocratização na União Soviética, faz alusão ao fato de que ali não é necessária uma revolução no sentido de arrancar o poder econômico das mãos de uma classe para que passe a outra, que denominamos classicamente de revolução social. Toda a análise da burocratização da União Soviética parte da demonstração categórica de que se mantém a base social do estado operário, a máxima conquista da Revolução de Outubro: a expropriação econômica da burguesia e do imperialismo, ou seja, que se mantém a conquista da revolução social de 1917-1918. O triunfo da contra-revolução burocrática encabeçada por Stálin significou a perda do controle democrático dos trabalhadores sobre suas instituições de poder, a perda de democracia operária que havia florescido nos primeiros anos da Revolução. Para reconquistá-la, é necessário uma revolução, mas somente na superestrutura. Uma revolução no sentido da mobilização e do enfrentamento contra a casta burocrática que não está disposta a renunciar a seus privilégios. O que é preciso revolucionar são as instituições do novo regime contra-revolucionário e, por isso, dizemos revolução política. Porque a estrutura, a base econômica da sociedade, continua nas mãos da classe dominante no país, os trabalhadores, apesar de terem sido expropriados em seus direitos democráticos pela casta burocrática. Por tudo isso, a necessidade da revolução política na URSS vem junto com outra reivindicação fundamental: a defesa da mesma diante dos ataques do Imperialismo, pois continua sendo um estado operário, apesar de burocrático, e essas bases econômicas operárias conquistadas na revolução social de Outubro são patrimônio de todos os trabalhadores do mundo.

A partir do enorme ascenso revolucionário iniciado em 1943, surgiram novos estados operários, todos eles burocráticos desde o início. Polónia, Tchecoslováquia e as demais “democracias populares” do leste europeu foram conquistadas diretamente pelo Exército Vermelho. China, Vietnã, e Iugoslávia foram produto de grandes revoluções de massa, encabeçadas, controladas e dirigidas pelo stalinismo, ainda que com uma grande margem de independência de Moscou. Também em Cuba, um grande movimento de massas derrotou Batista e obrigou a direção pequeno-burguesa de Castro a ir em frente, contra sua vontade, diante da agressão imperialista. E a primeira revolução operária triunfante do pós-guerra não dirigida pelo stalinismo, ainda que depois tenha sido cooptada por ele.

Enquanto o estado operário revolucionário de Lênin e Trotsky, devido a um complexo processo nacional e internacional, de profundamente democrático passou ao oposto, transformando-se num estado operário burocrático, os novos estados operários do pós-guerra nasceram diretamente burocráticos, tiveram desde o início regimes totalitários e nunca conheceram a democracia operária soviética. Não há dúvida que a conquista destes novos estados operários, apesar de seu caráter burocrático, ampliaram as tarefas de defesa, em particular de Cuba - que foi invadida, sem êxito, em 1961, pelos EUA- dos ataques do imperialismo. E ampliaram também as tarefas da revolução política, já que em todos eles está colocada a luta por derrubar as direções burocráticas e instaurar a democracia operária. As lutas antiburocráticas dos operários de Berlim Oriental (1953), dos trabalhadores húngaros e poloneses (1955-56) e dos tchecoslovacos (1968), começaram a colocar em prática este programa de revolução política dos trotskistas. Nós conhecemos exemplos próximos. A luta antiburocrática dos operários poloneses que se reiniciou em 1970-71, organizados no sindicato independente Solidariedade, que agrupou milhões de trabalhadores, - que hoje luta na clandestinidade contra a repressão de Jaruzelski.

O desenvolvimento da revolução política e o caráter degenerativo crescente das burocracias contra-revolucionárias que parasitam os estados operários, multiplicam os problemas e as tarefas. Em 1956, para reprimir e sufocar as mobilizações antiburocráticas dos operários húngaros, a URSS invadiu a Hungria com o Exército Vermelho. Pela primeira vez vimos a monstruosidade stalinista de um estado operário invadir militarmente outro. Evidente-

mente, nossa resposta imediata foi de solidariedade aos operários húngaros e exigimos a imediata retirada do Exército Vermelho. Em 1968 repetiu-se uma situação semelhante diante do desenvolvimento da revolução política na Tchecoslováquia.

Nossa corrente trotskista ortodoxa não somente deu grande importância a esses fatos como parte do desenvolvimento da revolução política antiburocrática, mas também fomos os únicos que, em 1978, antecipamos que a degeneração burocrática levaria a guerras diretas entre estados operários. Darioush Karim dizia em seu texto *A ditadura revolucionária do proletariado*: “... um dos fatos mais espetaculares das últimas décadas em relação às diferentes ditaduras proletárias existentes: a invasão de uma ditadura proletária por outra da Hungria e Tchecoslováquia pela URSS.”

“... Nós acreditamos que, desgraçadamente, esta é uma perspectiva certa e que entramos nas décadas nas quais, muito possivelmente, voltem a se repetir guerras entre ditaduras proletárias, entre estados operários.

“Estas possíveis guerras entre estados operários ou ocupação de uns pelos outros, vão adquirir uma nova dimensão assim que surja a próxima ditadura revolucionária do proletariado. Até agora vimos duas invasões de estados operários pela URSS, provocadas pelo temor da casta burocrática soviética de que esses estados se transformem em revolucionários, como consequência do começo da revolução política e do surgimento de embriões de soviets ou organismos parecidos. Para nós, é muito procedente pensar que essas burocracias operárias entrarão em estado de desespero crônico quando virem surgir ditaduras revolucionárias do proletariado, que signifiquem sua liquidação como casta privilegiada.”

“Mas também não está descartado que, devido a interesses econômicos nacionalistas, estourem guerras parecidas a que se iniciou agora entre Camboja e Dieta. Sem entrar na discussão se são ou não ditaduras proletárias, está colocado o fato novo da possibilidade de guerras entre estados operários sem que um dos adversários seja uma ditadura revolucionária. Por outro lado, a campanha que a China faz há alguns anos contra o “social-imperialismo russo” é a preparação ideológica de uma possível guerra entre estes dois superestados operários burocratizados.”

“Este grave problema teórico, da possibilidade de guerras entre estados operários burocráticos, ou entre um estado operário burocrático e um

estado operário revolucionário, tem importância capital, e nos obriga a começar a dar, a nós mesmos, um curso de ação marxistas diante destas possibilidades.”

“...Uma variante desta possibilidade é o inevitável levantamento armado das nacionalidades oprimidas por estas ditaduras burocráticas, que nós apoiaremos incondicionalmente.”

“Se a guerra ocorre entre um dos dois maiores estados operário (URSS e China) contra um pequeno, acreditamos em princípio, que se estabelece uma luta que se insere no do direito à autodeterminação das pequenas nações proletárias, e que essa guerra é provocada pelo afã hegemônico do tipo nacionalista da grande nação contra a pequena nação operária. Nesse caso, acreditamos que é preciso lutar contra o grande chauvinismo russo e chinês, pelo direito à autodeterminação nacional do pequeno estado operário.”

“Suponhamos, pelo contrário, o caso de uma guerra entre dois estados burocratizados de força relativamente semelhantes. Digamos, por exemplo, Camboja ou Dieta, supondo que sejam estados operários. Nossa política mais geral será de fraternidade entre todos os estados operários e pela solução pacífica e democrática da disputa”. Esta posição deve estar acompanhada por urna campanha permanente pela federação democrática das repúblicas operárias existentes. Esta palavra-de ordem é decisiva, e deve ser a mais importante de nossa Internacional a partir do acontecimento (...) Tende a superar o atraso atual do desenvolvimento das forças produtivas dos estados operários e dar um duro golpe no imperialismo. Serve também para impedir que este manobre com as diferenças entre os estados operários, opondo-lhe uma férrea unidade. Evitará, ao mesmo tempo, a exploração econômica dos estados operários menos desenvolvidos pelos mais desenvolvidos, através do intercâmbio comercial. Esta palavra-de ordem de Federação dos estados operários existentes tem uma importância muito maior do que a que, em seu tempo, Trotsky lançou, de Federação das Repúblicas Socialistas da Europa. Também é propagandística, mas fundamental. Tem a ver, inclusive, com a revolução política, porque os atuais governos burocráticos jamais aceitarão essa Federação, porque ela ataca a fonte de seus privilégios, os estados operários atuais, com suas fronteiras.

“Porém, essa linha é essencialmente propagandística e não podemos nos restringir a ela no caso de estourar uma guerra ou choques milita-

res. Em princípio, estudando cuidadosamente se alguns dos estados têm ambições hegemônicas sobre o outro, teremos uma política de defesa do estado operário que foi agredido, e contra o responsável por ter iniciado a agressão. Quando a guerra se dê entre um estado operário burocratizado e um revolucionário, os trotskistas apoiarão incondicionalmente o revolucionário, seja ou não o agressor”.

Infelizmente, pouco tempo depois de publicado este texto, sua preocupação foi tragicamente confirmada, ao ocorrer a guerra entre China e Vietnã.

O problema da invasão do Afeganistão (um país capitalista paupérrimo, que faz fronteira com a União Soviética pelo sul, e onde a maioria da população é muçulmana) pelo poderoso Exército Vermelho, está colocado desde 1980. A LIT (QI) denunciou o suposto “defensismo” stalinista burocrático - militar, e chama a retirada do exército ocupante, para respeitar o direito de autodeterminação da nação afegã.

Um resumo do “Programa de Transição” que Trotsky escreveu

* A decadência e a crise crescente e inexorável da economia capitalista mundial coloca para os trabalhadores a necessidade de lutar permanentemente contra dois flagelos crônicos: o desemprego e a inflação, que “exigem palavras-de ordem e métodos generalizados de luta” (PT): a escala móvel de salários e a escala móvel de horas de trabalho.

* O imperialismo decadente utiliza e incentiva a burocratização e stalinização crescente dos sindicatos. É preciso lutar pela independência dos sindicatos em relação ao estado e pela democracia operária.

* Dentro de cada fábrica, de cada empresa, nesta luta cada vez mais aguda contra os patrões, para “estar atento às iniciativas das massas” e para dar uma expressão organizada à pergunta decisiva que a mobilização e a greve colocam – quem é o dono da fábrica, o capitalista ou os operários? – é necessária a comissão de fábrica. “Eleita por todos os operários e funcionários da empresa, a comissão de fábrica cria, de cara, um contrapeso à vontade da administração”. O *Programa de Transição* diz:

“Os burocratas dos sindicatos se opõem, regra geral, à criação de comissões, assim como se opõem a todo passo mais audacioso no caminho

da mobilização das massas. Entretanto, sua oposição será tanto mais fácil de quebrar quanto maior for a extensão do movimento. Onde os operários já estejam sob a coordenação dos sindicatos, nos períodos “tranquilos”, a comissão coincidirá formalmente com o órgão do sindicato, mas renovará sua composição e ampliará suas funções. Entretanto, o principal significado dos comitês é o de transformarem-se em estados maiores para as camadas operárias que, geralmente, o sindicato não é capaz de abarcar. E é justamente dessas camadas exploradas que surgirão os destacamentos mais dedicados da revolução”.

“Quando surge um comitê de fábrica, se estabelece, de fato, uma dualidade de poder. Por sua essência, ela tem algo de transitório, porque encerra em si mesma dois regimes inconciliáveis: o regime capitalista e o regime proletário”.

* O controle operário sobre a indústria, a expropriação, sem indenização, dos grandes grupos capitalistas e dos bancos privados, a estatização do comércio exterior são as principais medidas para quebrar o controle do capital financeiro e dos monopólios da produção econômica e da distribuição da riqueza social. A partir daí poderá se reorganizar a economia do país, baseada num plano econômico votado democraticamente, e controlado pelos trabalhadores.

* Os operários em luta buscarão e encontrarão aliados importantes entre os trabalhadores do campo, o proletariado agrícola e as camadas mais baixas e exploradas do campesinato, assim como entre os pequenos comerciantes e artesãos e as massas urbanas empobrecidas, todos eles cada vez mais arruinados pela voracidade capitalista. Por isso, incorporamos as exigências desses setores como parte do programa de luta do proletariado revolucionário. Para o campo, é fundamental a expropriação dos latifundiários sem indenização, a reforma agrária, os comitês de controle de preços (em intercâmbio com os trabalhadores urbanos), o crédito barato, etc.

* Piquetes de greve, destacadamente de combate, milícia operária, armamento do proletariado. Diz o *Programa de Transição*:

“A radicalização da luta do proletariado significa a radicalização dos métodos de resistência por parte do capital. As novas ondas de greves com ocupação de fábricas podem provocar e provocarão inevitavelmente medidas enérgicas de reação por parte da burguesia. O trabalho preparatório já está sendo feito nos estados-maiores das grandes empresas. Desgraçadas as organizações revolucionárias, desgraçado o proletariado que se deixa pegar novamente de surpresa!

“A burguesia não se limita, em nenhum lugar, a utilizar somente a polícia e as forças armadas. Nos Estados Unidos, inclusive nos períodos de “calma”, mantém destacamento militarizados de elementos pró-patronais e grupos armados de caráter privado nas fábricas. Agora é preciso acrescentar os grupos nazistas norte-americanos. A burguesia francesa, quando sentiu a proximidade do perigo, mobilizou os destacamentos fascistas semi-legais e ilegais, até dentro do Exército. A burguesia vê claramente que, hoje em dia, a luta de classes tende, inevitavelmente, a se transformar em guerra civil”.

Depois desta descrição da violência destrutiva da burguesia, acrescenta que as direções traidoras dos trabalhadores (...) tentam convencer sistematicamente os operários de que a sagrada democracia está mais segura onde a burguesia está armada até os dentes e os operários desarmados. Por isso é nosso dever acabar com esta política servil:

“Os piquetes de greve são as células fundamentais do exército do proletariado. É necessário começar por eles. É preciso incluir esta palavra-de ordem no programa do setor revolucionário dos sindicatos. Em todos os lugares onde for possível, começando pelas organizações juvenis, é preciso formar, na prática, milícias de autodefesa, treinando-as no manejo das armas”.

* Frente à agressão imperialista, nesta época de guerras e agressões crescentes, a defesa dos países coloniais e semicoloniais, e da União Soviética ou qualquer outro estado operário, se transformam em palavras de ordem permanentes. Já dissemos antes que esta posição de defesa da União Soviética é característica do trotskismo, desde seu rompimento com a III Internacional burocratizada. O *Programa de Transição* coloca também as principais palavras-de ordem da revolução política: “a burocracia e a nova aristocracia devem ser banidas dos soviets”.

“o novo ascenso da revolução na URSS começará, sem dúvida nenhuma, sob a bandeira da luta contra a desigualdade social e a opressão política. Abaixo os privilégios da burocracia! Abaixo os stajanovismo! Abaixo a aristocracia soviética com seus graus e condecorações! Mais igualdade no salário de todas as formas de trabalho!

“A luta pela liberdade dos sindicatos e dos comitês de fábrica, pela liberdade de reunião e de imprensa se desenvolverá na luta pelo renascimento e regeneração da democracia soviética”.

“A burocracia tem substituído os soviets, em suas funções de organismos

de classe, pela farsa do sufrágio universal ao estilo de Hitler-Goebbels. É necessário devolver aos soviets não somente sua liberdade de forma, democrática, como também seu conteúdo de classe. Da mesma forma que antes a burguesia e os kulaks não eram admitidos nos soviets, agora, a burocracia e a nova aristocracia devem ser banidas dos soviets. Nos soviets só há lugar para os operários, para os membros de base dos kolkoses, os camponeses e os soldados vermelhos”.

“A democracia nos soviets é inconcebível sem a legalização dos partidos soviéticos. Os operários e trabalhadores rurais, por si mesmos e pelo seu voto livre, decidirão que partidos serão considerados como partidos soviéticos.

“Revisão completa da economia planificada, de acordo com os interesses dos produtores e consumidores! É preciso devolver aos comitês de fábrica o direito de controlar a produção. A cooperativa de consumo, democraticamente organizada, deve controlar a qualidade dos produtos e seus preços.

“Reorganização dos kolkozoes de acordo com a vontade e interesse dos trabalhadores que os integram!”

“A política internacional conservadora da burocracia deve ser substituída pela política do internacionalismo proletário. Toda a correspondência do Kremlin deve ser publicada. Abaixo a diplomacia secreta!”

“Todos os processos políticos montados pela burocracia termidoriana devem ser revistos, com uma ampla publicidade e livre exame. Os organizadores de falsificações devem receber o castigo merecido.

“É impossível realizar este programa sem derrubar a burocracia, que se mantém pela violência e falsificação. Somente a insurreição revolucionária das massas oprimidas pode regenerar o regime soviético e assegurar a continuidade em direção ao socialismo. Somente o partido da IV Internacional é capaz de dirigir as massas soviéticas à insurreição”.

* O caráter cada vez mais totalitário e explorador do capitalismo imperialista, que se expressa no surgimento da barbárie fascista e a crescente exploração econômica dos povos coloniais, dá força às palavras-de-ordem democráticas e anti-imperialistas, como as de Assembléia Nacional Constituinte, defesa dos direitos democráticos contra o fascismo e a luta pela libertação nacional da opressão imperialista.

* Para derrotar a burguesia, o imperialismo e seus agentes, as direções traidoras (fundamentalmente a social-democracia e o stalinismo), o proleta-

riado, dirigido pelo partido revolucionário, tem que tomar o poder encabeçando os organismos democráticos dos operários e das massas mobilizadas, que na Rússia de 17 foram os soviets. Por isso, todas as palavras-de-ordem anteriores convergem para a formação do organismos de poder operário e popular – como os soviets, por exemplo – e para a imposição de um governo operário e camponês (ou operário e popular), ou seja, um governo independente da burguesia que exclua a burguesia e seja encabeçado pelos trabalhadores.

* E, para concluir, coloca a necessidade de – frente à traição das direções tradicionais do movimento operário – construir esse partido revolucionário, ou seja, construir uma nova direção: a IV Internacional.

“A IV Internacional goza, desde já, do justo ódio dos stalinistas, dos socialdemocratas, dos burgueses liberais e dos fascistas. Não tem e não pode ter lugar em nenhuma frente popular. Combate irredutivelmente todos os grupos políticos ligados à burguesia. Sua missão consiste em aniquilar a dominação do capital, seu objetivo é o socialismo. Seu método, a revolução proletária. Sem democracia interna não há educação revolucionária. Sem disciplina não há ação revolucionária. O regime interno da IV Internacional se pauta pelo princípio do centralismo democrático: completa liberdade na discussão, absoluta unidade na ação.

“A crise atual da civilização humana é a crise da direção proletária. Os operários revolucionários, agrupados em torno da IV Internacional, mostram à sua classe o caminho para sair da crise. Propõem a ela um programa baseado na experiência internacional do proletariado e de todos os oprimidos em geral, propõem a ela uma bandeira sem manchas”.

Nosso programa: num sistema de reivindicações transitórias

Voltando ao esquema classificatório inicial das palavras de ordem (democráticas, mínimas ou parciais, transitórias e da revolução política), podemos dizer que:

“A IV Internacional não despreza as reivindicações do velho programa máximo quando elas conservam alguma força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais, porém realiza este trabalho no quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, re-

volucionária. Na medida em que as reivindicações parciais – mínimas – das massas entram em conflito com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isto ocorre frequentemente – a IV Internacional propõe um sistema de reivindicações transitórias, cujo sentido é o de atacar vez mais aberta e resolutamente as bases do regime burguês (PT)”.

Agora podemos dizer que, segundo o método, os ensinamentos e as palavras-de-ordem expostos no *Programa de Transição*, que resumimos antes, o Programa do MAS, por exemplo, é o sistema de reivindicações transitórias que elaboramos para ajudar a classe operária argentina a atacar “cada vez mais aberta e resolutamente as bases do regime burguês”. Como se explica no documento “1982: Começa a revolução”.

“Dentro deste programa para fazer a revolução, destacam-se nitidamente três grupos de palavra-de-ordem de transição, de importância fundamental. As que vão contra o imperialismo, as que vão contra o novo regime político da burguesia e as que respondem ao grande problema democrático não resolvido: o desaparecimento de milhares de pessoas, o genocídio.

Dentro deste marco, no Programa do MAS desenvolvemos todos os problemas centrais relacionados com exploração imperialista do nosso país e do mundo, com o papel de explorador local e cúmplice do imperialismo por parte da burguesia nacional e sua cúpula, a nova oligarquia latifundiária, industrial e financeira, que estão afundando os trabalhadores e todo o país na miséria e na ruína. Propomos as possíveis soluções, que só serão possíveis e duradouras com uma mudança total da estrutura do país, imposta pela mobilização revolucionária de todos os trabalhadores e todo o povo explorado, conduzido por uma nova direção.

Periodicamente vamos formulando e hierarquizando de várias maneiras todo tipo de palavra-de-ordem que nos permitam expressar estes objetivos nas lutas e tarefas de todos os dias. Por exemplo, impulsionando as novas chapas de oposição, a renovação das comissões de fábrica e delegados sindicais, arejando estes organismos com novas ativistas antiburocráticos e anti-patronais, ou colocando a importante palavra-de-ordem de voto direto das bases para eleger a direção da CGT (na Argentina a direção da CGT se elege por via indireta, não em Congressos, como na CUT brasileira). Vamos procurando também as palavras-de-ordem que permitam responder à necessidade imperiosa de completa reestruturação e democratização das Forças

Armadas e policiais, a dissolução dos órgãos repressivos e demais palavras-de-ordem de defesa dos trabalhadores e do povo frente à repressão e o perigo de golpes militares.

Assim, podemos dizer que vamos elaborando e desenvolvendo um “programa militar” como parte do nosso sistema de reivindicações transitórias, com o objetivo final de destruição do estado burguês, ou seja, de suas forças armadas reacionárias.

O Programa do MAS propõe, diante da decadência e bancarrota total do país, a necessidade de uma assembléia constituinte, democrática e soberana, onde se discuta tudo, em particular nossa miséria e a entrega do país ao imperialismo, e onde, como socialistas, levantaremos nossas propostas por uma Argentina socialista. E assim por diante. O mesmo acontece no terreno econômico e das lutas. Por exemplo: aumento imediato de emergência de 100 austrais! Vigência imediata das conversões coletivas! Imediato congresso de unidade de todos os que apóiam os 26 pontos e a moratória! Solidariedade com a luta dos eletricitários!

Para terminar, podemos dizer que, nesta etapa onde, “qualquer reivindicação séria” conduz inevitavelmente além dos limites da propriedade capitalista e do estado burguês, apesar do esquema classificatório, qualquer palavra-de-ordem pode adquirir um caráter transitório, no sentido de ser a ponte para a revolução socialista que se transforma em bandeira da mobilização revolucionária. A classe operária tomou o poder na Rússia dirigindo as massas de milhões de camponeses, com três reivindicações supermínimas ou democráticas: “pão, paz e terra”, porque a única forma de consegui-las – o que era imprescindível para continuar vivendo – era varrer a burguesia, para que os trabalhadores tomassem o poder, era varrer o estado burguês e os capitalistas.

Voltando a nosso país, e nos interrogando sobre os próximos passos e palavras-de-ordem que irá colocar o desenvolvimento da revolução em curso, pensemos, por exemplo, que uma reivindicação democrática básica como “justiça e castigo para os culpados”, muito possivelmente necessitará de uma mobilização revolucionária para se impor, uma mobilização revolucionária que varra tanto os cúmplices atuais – o governo radical de Alfonsín e as Forças Armadas – como todo o regime e o capitalismo na Argentina

A arte de encontrar as palavras-de-ordem

Para o partido revolucionário, tanto a elaboração correta do programa, como a busca permanente de sua expressão nas palavras de ordem que, como dizia Trotsky, “lei em as massas adiantei, são decisivas. Por isso, queremos nos deter no tema. No texto *Partido mandelista ou partido leninista* dizemos:

“Um partido bolchevique começa fazendo uma análise da etapa da luta de classes. Dessa análise surge um programa que coloca, entre outras secundárias, umas duas ou três tarefas essenciais para o movimento de massas, que concretizamos em palavras-de-ordem. Este é o aspecto concreto da nossa política, por isso é o fundamental. A teoria e propaganda servem para precisar este aspecto. Toda a nossa atividade (incluindo a teoria e a propaganda) está subordinada a este objetivo último: definir quais são as tarefas gerais que as massas enfrentam numa determinada etapa (o programa), para concretizá-las em forma de palavra-de-ordem.

“Vejam, por exemplo: sob um novo regime ou governo. O grosso do esforço teórico do partido se concentrará em defini-lo com precisão, em analisar cuidadosamente a relação de forças entre as classes, os setores que integram o novo governo e os que estão em oposição, e as relações de ambos com o imperialismo, o papel que cumprem as forças armadas, etc. Se daí se deduz, por exemplo, que é um regime bonapartista contra-revolucionário, definiremos umas poucas palavras-de-ordem agitativas que responderão às necessidades que o movimento de massa coloca (defesa das conquistas econômicas; liberdades democráticas; defesa das organizações operárias). Porém, nos encontraremos diante do fato de que esta caracterização e estas tarefas são diferentes das que colocam as direções reformistas, burocráticas e ultra-esquerdistas, e que se chocam também com as tendências espontâneas da vanguarda. Isto nos obrigará a fazer com que também nossas propaganda gire em tomo da explicação constante das características desse regime, da polêmica com os nossos inimigos dentro do movimento operária em torno de tal caracterização e de porque as tarefas que propomos ao movimento de massas são as corretas. Em síntese, nossa teoria estará a serviço da descoberta das palavras-de-ordem que devemos agitar, nossa propaganda explicando para a vanguarda porque devemos agitar essas bandeiras e não outras. Isto não quer dizer que sejam essas as nossas únicas atividades teóricas e propa-

gandísticas, mas sim que são as principais.

“Esquemmatizando, podemos dizer que toda a ciência e arte trotskista são sintetizadas na capacidade para elaborar palavras-de-ordem adequadas a cada momento da luta de classes. E o mesmo que dizia Lênin: “Portanto, o conteúdo central das atividades da organização de nosso partido, o centro de gravidade destas atividades, deve consistir em um trabalho que é possível e necessário, tanto durante o período da explosão mais violenta, como durante o da mais completa calma, ou seja: um trabalho de agitação política unificada em toda a Rússia que ilumine todos os aspectos da vida e que se dirija às grandes massas”. (*Que fazer?*)

“Lênin baseia esta linha de denúncias políticas numa confiança cega na capacidade de organização e de mobilização de operário atrasado ou do operário médio, e não na capacidade especial dos operários de vanguarda ou avançados”. (...) Para Lênin, se convencemos as massas com uma dessas campanhas, os operários são capazes de tudo. O papel do partido é iniciar essas campanhas, acompanhar e dirigir o movimento de massas. Por isso ele criticava os intelectuais “que não sabem ou não tem a possibilidade de unir o trabalho revolucionário com o movimento operário para formar um todo”. “Devemos jogar a culpa em nós mesmos, no nosso atraso em relação ao movimento de massas, por não saber ainda organizar denúncias suficientemente amplas, ressonantes, rápidas contra todas essas ignomínias (...), o operário mais atrasado compreenderá e sentirá (...) e, ao senti-lo, ele mesmo vai querer reagir, vai querer com uma vontade incontável, e então saberá organizar hoje uma batalha contra os censores, amanhã desfilar em passeata em frente à casa do governador que tenha sufocado uma revolta no campo, depois de amanhã dar uma lição aos policiais com batina que desempenham a função de santa inquisição, etc.” (*Que fazer?*)

ANÁLISE, CARACTERIZAÇÃO E POLÍTICA

O partido revolucionário parte da realidade para elaborar a sua política. É como o médico, que para poder receitar, precisa antes fazer um minucioso exame (análise), do qual chega a um diagnóstico (caracterização), que se

traduz num tratamento (política). Se o médico faz o diagnóstico errado, o tratamento pode matar o paciente.

A **análise** é objetiva, parte dos fatos da realidade. Significa ver como algo funciona, quais são as suas partes. Da mesma maneira que quando abrimos um relógio vemos que peças tem e como elas se articulam para que ele funcione.

A **caracterização** toma o conjunto dos fatos objetivos detectados na análise e trata de precisar sua dinâmica, partindo de como eles se combinam num determinado momento. Com a análise vemos as partes da estrutura da realidade estudada; com a caracterização vemos o todo e seu movimento, de onde vem e para onde vai, dando-nos assim uma visão de conjunto que nos permite estabelecer os prognósticos ou as tendências do processo em questão.

A **política** do partido serve para intervir na realidade a favor da revolução, ajudando no avanço das lutas, da organização e da consciência da classe trabalhadora. Para isso, a política pressupõe o conhecimento a fundo da realidade, ter uma análise e uma caracterização, as mais corretas possíveis. Se os fatos centrais da realidade se modificam, o partido deve alterar sua política, não deve ficar preso a uma política se ela não corresponde mais à realidade. Esta política, por sua vez, se concretiza num programa e em palavras-de-ordem, que se aplicam utilizando o que já estudamos anteriormente: estratégia e tática; propaganda, agitação e ação.

Vejamos o que dizia Moreno sobre esses três conceitos - “análises caracterização e política” – no texto *Partido mandelista ou partido leninista?*:

“Lênin dizia que o marxismo busca alcançar uma análise estritamente exata e objetivamente verificável das relações de classe e das características concretas próprias de cada momento histórico”.

“Ou seja, estudar cuidadosamente a realidade para descobrir as tendências que apontam para a revolução proletária e as que se opõem a ela, bem como as relações entre ambas. Isto é nada menos que a caracterização do “momento histórico” dado. E é a base científica do que fala Lênin; necessária... para construir a ferramenta com a qual mudaremos a realidade. Essa ferramenta “é a política” dizia Lênin. Em particular nos referimos à política do partido para as massas, para impor uma mudança revolucionária”.

“O objetivo da análise é aprofundar uma e outra vez o estudo de uma

determinada situação, para elaborar as palavras-de-ordem corretas que possam fortalecer as tendências revolucionárias e as que tratarão de destruir as contra-revolucionárias”.

“Mas a análise não cumpre nunca o objetivo de “mudar as condições existentes a favor da revolução proletária”. Esse objetivo é cumprido pela política. Análise e política estão, pois, intimamente unidos, embora não sejam iguais. Não podemos ter uma política revolucionária se não partimos de uma análise e uma caracterização científicas da realidade. Ao mesmo tempo, nossa análise e caracterização não servem para nada se não se traduzem numa política para mudar essa realidade.

“Vejam um exemplo esquemático. **Análise:** o movimento operário está em ascenso; tem na sua direção os social-democratas e os stalinistas; a burguesia está em crise; existe um governo débil, que se vê obrigado a dar liberdades democráticas e a fazer concessões ao movimento operário; um setor da burguesia prepara um golpe de estado fascista; a classe média está dividida: um setor tende a deixar-se arrastar pelo fascismo e outro pelo movimento operário; nosso partido não tem influência de massas mas é reconhecido por setores da vanguarda. **Caracterização:** estamos numa situação pré-revolucionária que desembocará na revolução operária ou na contra-revolução fascista: para a revolução operária empurram a favor o ascenso da classe, a radicalização de um setor da pequena -burguesia e a existência do nosso partido; a burguesia e o imperialismo, a classe média de direita e política traidora das direções oportunistas do movimento de massas empurram a situação para a contra revolução, só se afastarmos estas direções e ganharmos a direção do movimento de massas, a situação desembocará na revolução operária. **Política:** há que unificar o movimento operário numa frente contra o fascismo e começar a propor a auto-defesa armada dos organismos das massas, denunciando as vacilações e as traições das direções reformistas: nesta tarefa devemos ganhar movimento de massas; há que realizar um trabalho sobre a base do exército, há que propor um programa que contemple também as necessidades da pequena-burguesia para arrastá-la para a revolução operária; devemos trabalhar nas organizações do movimento operário e de massas levando as palavras-de-ordem que surgem dos pontos anteriores: “Unidade de todas as organizações e partidos operários e populares contra o fascismo”; “auto-defesa andada dos sindicatos e demais organismos”; “direi-

tos democráticos para os soldados e sub-oficiais”; etc.” (op. cit. pág. 19/20)

Na vida de um partido revolucionário, sempre estamos fazendo análises e caracterizações da situação objetiva, e elaborando e adequando nossa política às mudanças que ocorrem na realidade. Desde a direção até os companheiros de equipes núcleos ou células de base, todos devemos acompanhar a realidade cotidiana da luta de classes, seja do mundo, do país em seu conjunto, de um setor ou categoria, da nossa fábrica, banco ou escola, fazendo ou refazendo nossas análises para melhor definir a política e as táticas.

Este exercício constante de análise da realidade tal como ela é, dá definição das suas tendências mais e menos prováveis, e de adequação de nossas táticas e propostas políticas à esta realidade, é a chave essencial de realização da política marxista e da politização dos militantes e ativistas revolucionários.

Muitas vezes o fazemos sem saber, inconscientemente, quando, por exemplo, na eminência de uma greve de fábrica, nos perguntamos: Como está a patronal, muita dura? Como estão os estoques, muito grandes? E a disposição e o ânimo do pessoal? E os empregados administrativos, vão aderir? E a diretoria do sindicato, está a favor? E os ativistas, estão todos firmes? E os companheiros de outras correntes da esquerda da fábrica, que posição têm para a greve? E o panfleto que nós soltamos, pegou bem? etc, etc. Todas estas perguntas constituem, em seu conjunto, questionamentos relativos à *análise e caracterização* da situação da fábrica, desde a situação econômica até o resultado que teve o nosso panfleto no ânimo do pessoal. Este último, inclusive, é um exemplo de como podemos medir e, muitas vezes corrigir nossa política, através da nossa agitação (um panfleto), de acordo com a repercussão que ela tem entre os trabalhadores. É que a agitação cumpre um papel duplo na atividade do partido; ela é também uma via para, como dizia Lênin, “escutar as massas”, isto é para saber melhor como caem nossas propostas e até que ponto os trabalhadores estão dispostos a colocá-lo em prática.

Mas voltando ao nosso tema, é preciso e imprescindível fazer e desenvolver este exercício constante de análise e caracterização da realidade sobre a qual atuamos, pois ele é, como dissemos, a única garantia de termos uma política revolucionária e, ao mesmo tempo, o segredo da nossa própria politização. Quem define posições políticas baseado apenas na intuição ou em experiências passadas, sem uma análise científica da realidade presente, é um empírico, não um revolucionário marxista. Ainda que possa acertar

casualmente hoje, vai inevitavelmente errar amanhã e depois. Quem restringe sua análise a apenas um aspecto da realidade, ainda que seja o mais importante, tampouco atua como marxista. Tal análise unilateral tende inexoravelmente, a uma política equivocada, seja sectária e ultra-usquerdista ou oportunista e reformista.

A análise marxista é, em primeiro lugar, estrutural: arranca da situação econômica e da relação entre as classes e seus interesses e necessidades materiais. Parte daí para a superestrutura, investigando a situação da vanguarda, dos organismos da classe e da patronal, bem como de suas diferentes correntes. É uma análise *conjunto e histórica*, que aborda todos os elementos da realidade que estamos estudando em sua devida proporção e desenvolvimento. Esta análise é *objetiva*, isto é, toma a realidade tal como ela é, não como nós gostaríamos que fosse; e é *dinâmica*, ou seja, termina por fixar as tendências a favor e contra os trabalhadores e, dentre elas, as mais e menos prováveis, permitindo-nos definir uma caracterização o mais precisa possível da realidade que é objeto do nosso estudo.

Como somos uma organização pequena em relação à realidade, cuja direção e quadros são inexperientes perante a dimensão das tarefas colocadas pelo processo revolucionário, sabemos que vamos cometer erros. Mas inclusive para que possamos aprender o máximo de nossos erros e acertos, o importante é atuar sempre como um médico ou cientista no terreno das análises e caracterizações, única garantia de que nossa política seja, verdadeiramente, marxista-revolucionária.

OS ACORDOS, PACTOS, UNIDADES DE AÇÃO E AS FRENTES

As infinitudes de táticas para fazer acordos, unitários e frentistas são muito importantes, tanto para as tarefas de construção do partido, como para a mobilização das massas. O terreno específico da primeira tarefa dará lugar, em todas as situações da luta de classes, a vários acordos e, tal como voltaremos a insistir mais tarde, consideramos que a tática da frente única

revolucionária com as correntes e organizações operárias, políticas ou sindicais, centristas de esquerdas ou progressivas, que se enfrentam ou vão se colocando no caminho do enfrentamento com as direções traidoras, reformistas ou burocráticas, é de vida ou morte para o desenvolvimento da direção revolucionária, ou seja, para a construção do partido.

Na etapa do ascenso nas lutas, e muito mais certamente em sua máxima expressão – a situação e a crise revolucionária –, coloca-se, com toda sua importância, a questão da unidade para a luta, a unidade para a mobilização. Nesses momentos, as táticas unitárias são mesmo decisivas para fazer avançar e aprofundar a mobilização, e fazer que não apenas sejam contra a burguesia como também contra seus dirigentes dentro do movimento de massas, as direções traidoras, e também para desenvolver o rumo à esquerda das correntes centristas espontâneas ou organizadas de esquerda.

Poderíamos fazer o seguinte resumo super esquemático:

Primeiro: a ação operária e de massas, a mobilização, é um processo objetivo para um partido como o nosso, e é nossa obrigação intervir nela.

Segundo: isso se concretiza ou significa dar-lhe bandeiras para a ação.

Terceiro: que nessas ações e mobilizações nós priorizamos o fortalecimento das ações e mobilizações operárias, ou dos setores operários nas mobilizações populares.

Quarto: que nessas ações e mobilizações e de massas objetivas podem intervir, obrigados pela pressão do movimento ou por necessidade própria, direções traidoras, reformistas ou burguesas, e nós não renunciamos a intervir nesses processos da luta e mobilização porque intervêm ou porque, como ocorre hoje em dia na maioria dos casos, são essas direções traidoras e não operárias quem dirijam.

Quinto: que podemos fazer qualquer tipo de acordo, pacto ou unidade de ação com essas direções traidoras ou burocráticas (ou até frentes, se são operárias), se servem para a mobilização e se não significam nenhum cerceamento de nossa tola independência, se não nos implica nenhum tipo de diplomacia nas críticas ou inclusive, freá-las, já que o momento de mobilização é justamente quando mais críticas temos que fazer a essas direções.

Sexto: toda ação e mobilização profunda de massas origina, inexoravelmente um deslocamento à esquerda dentro das correntes traidoras e burocráticas, de lutadores ou correntes operárias centristas progressivas, que vão

para posições de independência de classe, de democracia operária e mobilização conseqüente, que têm que ser o objetivo privilegiado de nossas táticas unitárias e frentistas seja no terreno sindical ou no político, já que seu fortalecimento é a melhor ajuda para enfraquecer a direção traidora, para a vitória da mobilização e para a construção do partido.

A tática é unidade-enfrentamento

Nós conhecemos, dentro do movimento trotskista, grupos que poderíamos chamar a vertente sectária, que repudiam sistematicamente a intervenção em comum com outras organizações ou com as direções traidoras, que estão obcecados em manter seu mais absoluto isolamento e pureza. Nós sabemos também que existe outra vertente, também equivocada e muito mais grave, que é o oposto, o “acordismo”, ou diretamente o apoio a correntes stalinistas, pequeno-burguesas burocráticas ou diretamente burguesas nacionalistas. É o caso do mandelismo, corrente internacional do trotskismo agrupada em torno de Ernest Mandel e que se autodenomina Secretariado Unificado. Eles insistem na tendência à unidade e ao apoio durante anos às direções de correntes pequeno-burguesas, burocráticas, stalinistas ou nacionalistas burguesas, como fizeram com o apoio a Tito na Iugoslávia entre 1948 e 1951, com o apoio ao maoísmo, com “entrismo *sui generis*” na Europa, que significou viver vegetativamente dentro dos partidos comunistas durante 18 anos, o apoio à direção da FLNA na Argélia, ao castrismo e agora ao sandinismo.

A nível mundial, os mestres da “unidade”, não como tática ou necessidade revolucionária, mas como armadilha mortal para levar a luta operária à conciliação de classe, à capitulação à burguesia, à coexistência pacífica com o imperialismo, é sem dúvida o Partido Comunista da URSS e seus agentes em cada país, os partidos comunistas nacionais, ou seja, o stalinismo. Seu poderio e periculosidade provêm do fato de que são organizações políticas dominadas pela burocracia contra-revolucionária de um estado operário, o que lhes dá uma identidade social com os trabalhadores de todo o mundo, um caráter operário a seus agentes nacionais, além da particular composição social de cada um deles (como, por exemplo, o PC argentino, que apenas muito minoritariamente tem base operária. E em sua maioria pequeno-bur-

guês, inclusive burguês). Por definição, tanto o Partido Comunista da URSS como os partidos comunistas nacionais correspondentes, que determinam sua política nacional segundo a orientação da política exterior da URSS, são organizações que entram na classificação de “operárias”, porque seu apoio social essencial é o estado operário. No entanto, essa definição é insuficiente: são organizações operárias burocráticas, dominadas pela camarilha burocrática soviética, que domina o estado operário e o PCUS, e pelas diferentes camarilhas nacionais agentes de Moscou. Todos esses burocratas têm como objetivo não a defesa dos interesses dos trabalhadores da URSS, dos estados operários de todo o mundo, não a derrota do imperialismo e o triunfo do socialismo no mundo, mas sim a defesa de seus privilégios burocráticos. Por isso, sua afinidade não é com os explorados do mundo – os trabalhadores – mas com os outros privilegiados, os exploradores dos pulsos capitalistas e imperialistas. Por isso, se unem diretamente ou capitulam ao imperialismo na política contra-revolucionária de derrotar ou desmobilizar as lutas revolucionárias das massas em todo o mundo. Sua política, sintetizada no lema de Moscou da “coexistência pacífica”, busca a manutenção de um equilíbrio com o imperialismo e impedir que surjam e se desenvolvam direções operárias independentes e revolucionárias, já que o triunfo das massas encabeçadas por uma nova direção revolucionária significaria o fim do sistema capitalista, do imperialismo, e o fim de todos os privilégios, sejam burgueses ou burocratas.

Nesse sentido, o mandelismo é um aspecto do que criticamos acima. É a ala do movimento trotskista que reflete o impacto produzido na classe média, estudantil e universitária, especialmente na Europa, pelos processos revolucionários onde direções pequeno-burguesas, burocráticas ou stalinistas tomaram o poder. O mandelismo, ao invés de implementar uma política trotskista correta e conseqüente, capitula a essas direções, adaptando-se a elas.

Voltando ao stalinismo, sem fazer uma história detalhada, recordemos o nascimento formal na década de trinta, da unidade policlassista das **Frentes Populares**: a unidade política, unidade para governar, com a burguesia (e, certamente, com a pequena-burguesia) segundo eles, “democrática”, particularmente nos países imperialistas, com a qual empurraram as lutas operárias à conciliação de classes e à capitulação ao governo burguês. Na lista

das traições stalinistas, as derrotas das revoluções operárias na Espanha e na França, nesta década, correspondem à clássica política da Frente Popular.

Esse impulso inerente à política stalinista, de se unir à burguesia, manteve-se no pós-guerra e até os dias de hoje. Onde podem, se incorporaram a governos burgueses – imperialistas ou não – como na Itália e França no pós-guerra e depois no Chile, Panamá, outra vez na França e na Bolívia, mas também existem países onde passaram anos e anos sem conseguirem algum burguês disposto a unir-se a eles, ou ao qual apoiar (por exemplo, no México e nos últimos anos na Argentina). De qualquer forma, desde a década de cinquenta, a partir de qual se iniciou a crise do stalinismo mundial, e muito particularmente a partir do triunfo da Revolução Cubana, foram se esboçando políticas diferentes da ortodoxia Frente-Populista dos anos trinta.

Na América Latina, a vitória do Movimento 26 de Julho, em janeiro de 1959, que, como já dissemos, era uma direção pequeno-burguesa nacionalista oposta a Moscou, deu origem ao primeiro estado operário do continente, e ocorreu sem nenhuma participação dos comunistas, pois o raquítico PC cubano esteve na trincheira oposta, ao lado do ditador Batista e contra o castristas. Apesar de que, com os anos, Moscou e os stalinistas se apossaram do processo revolucionário cubano, o triunfo de Cuba socialista sem eles foi um duro golpe para o stalinismo mundial.

Em julho de 1979, os sandinistas tomaram o poder na Nicarágua, num governo de coalizão com a burguesia anti-somozista. A FSLN, na qual coexistiam três correntes, era independente de Moscou, e o PS nicaraguense, que era o partido local fiel a Moscou, apoiava majoritariamente a Somoza, contra os sandinistas. Aparentemente, este segundo “erro” grosso da política stalinista para a América Latina vem gerando uma discussão desde as altas esferas de Moscou até os distintos PCs da América Latina. Dizemos aparentemente, porque, no momento, temos pouca documentação, estamos apenas começando a investigar. Por exemplo, um tal Kiva Maydanik, membro da Academia de Ciências da URSS, publica, imediatamente depois da queda de Somoza, em 1979, um artigo na revista América Latina, onde diz que é necessário estender o conceito de “revolucionário” a outras forças radicais além dos comunistas (ainda que em seu artigo ele exclua os “trotskistas” e os “maoístas”), que o processo nicaraguense mostrou que é possível a correta unidade orgânica entre diferentes correntes (referindo-se às três correntes da

FSLN) e que o grande ensinamento da vitória nicaragüense é a necessidade da “unidade dos partidos comunistas com aquelas forças insurrecionais que durante decênios têm sido chamadas, por inércia, **ultra-esquerdistas**” (grifo nosso).

Acrescenta que é imprescindível hierarquizar a importância dos dois tipos de unidade que estão colocados, “*a das forças de esquerda e a ampla unidade democrática*” e que “**a unidade da esquerda constitui o elo principal, decisivo, para impulsionar o processo revolucionário** (grifado no original)”. E, para que não fiquem dúvidas, continua: “*E quanto mais ampla – no plano nacional e internacional – é a frente potencial das forças antiditatoriais e antifascistas, tanto maior será o imperativo da unidade da esquerda*”. Sem nenhuma dúvida, a discussão é importante, porque segundo a política que propõe esse artigo, Moscou teria dado uma ordem oposta a seu partido cubano vinte anos atrás, em 1958-59 (unir-se aos castristas, em vez de enfrentá-los, e apoiar o ditador Batista), ou ao PS nicaragüense em julho de 1979, que atacou os sandinistas. O autor propõe adotar a orientação dos cubanos, dos salvadorenhos e do PC uruguaio, que já vinham dizendo que, ao tratar-se de uma política para o poder, o primeiro passo para a unidade mais ampla é a unidade das forças de esquerda.

Qual é a política que os salvadorenhos propõem, com a qual coincidiria o estrategismo soviético? Segundo seu secretário geral desde 1973, o comandante Schafik Handal, desde 1976, “corresponde ao Partido do Comunista salvarenho o mérito de ter agitado primeiro e defendido mais sistematicamente a bandeira da unidade de esquerda”³. Vejamos como explica essa política tão peculiar do PCs em relação às políticas mais tradicionais dos diversos partidos comunistas do continente:

“É curioso e sintomático que os partidos comunistas tenham nos demonstrado nos últimos decênios uma grande capacidade para nos entendermos com o vizinho do lado direito, enquanto em troca, não conseguimos, na maioria dos casos, estabelecer relações, alianças estáveis e progressivas com nossos vizinhos da esquerda. Entendemos perfeitamente todos os matizes que vão desde nós mesmos até a direita, suas origens, seu significado, etc.,

3 Tanto esta como as demais citações de Handal correspondem ao artigo “*O poder, o caráter e a via da revolução e a unidade da esquerda*”, de dezembro de 1981, publicado como suplemento especial de **El Combatiente** nº 318

mas com relação a quem está à nossa esquerda, não somos capazes de compreender a essência em si do fenômeno de sua existência e características, nem seu significado histórico objetivo, nem nossas tarefas para eles. Nós, os comunistas latino-americanos, não tivemos, durante muito tempo, uma linha consistente e sistemática para unir todas as forças de esquerda, inclusive a esquerda armada.”

“Não há nada de depreciativo nem menosprezível na denominação “vizinhos de direita”. É apenas um recurso para enfatizar a exposição destas idéias. Dos comunistas salvadorenhos nos orgulhamos e nos sentimos honrados pela amizade de uma grande parte destes aliados, firmes e conseqüentes lutadores pelos ideais democráticos, de independência e progresso social.”

Em síntese, a política unitária, cujo modelo é o PC salvadorenho e que o estrategista de Moscou considera acertada, pode ser sintetizada em que, como existem “organizações revolucionárias nascidas fora das estruturas” dos partidos comunistas – e Handal diz que isto se deve não somente aos “erros reformistas” de alguns PCs, mas também às razões objetivas – não é correto fazer unidade somente com a direita, mas também com a esquerda. Mais ainda, esta unidade da esquerda é o primeiro passo, decisivo, para conseguir também a unidade mais ampla de “todas as forças antiditatoriais e antifascistas”. É a política pela qual se desenvolveu a FDR/FMLN em El Salvador, onde conseguiram a unidade político-militar dos lutadores operários e pequeno-burgueses de quatro organizações guerrilheiras e o PC salvadorenho com um importante setor burguês, encabeçado pelo sinistro agente do imperialismo, o burguês Guilherme Ungo, e com o qual conseguiu não somente tirar o PC salvadorenho da crise e da marginalidade, como também, e muito importante, impedir, por enquanto, a queda do regime de Duarte, a derrota de seu exército genocida e a tomada do poder em El Salvador pelas heróicas massas em luta que seguem a FMLN.

Ao contrário dos partidos comunistas, que utilizam as necessidades e os desejos de unidade para diluir as fronteiras de classe, para fortalecer as direções não operárias ou burocráticas e para salvar os regimes burocráticos e o próprio capitalismo, ou, ao contrário de Mandel e seus seguidores, que capitulam constantemente a essas direções, para nós, a unidade exige sempre a delimitação de classe e a definição crítica do tipo de direção a qual estamos nos unindo circunstancialmente. Por isso, as táticas de unidade de

ação ou frentista com direções stalinistas ou pequeno-burguesas ou operárias burocráticas (muito mais se são burguesas!) **é uma combinação, desde o início e a todo momento, de unidade e de enfrentamento, de ruptura.** Porque nós intervimos na ação, na mobilização, obviamente, para enfrentar e derrotar o imperialismo, o capitalismo e os exploradores, mas também, ao mesmo tempo, para enfrentar, enfraquecer e, se podemos, derrotar essas direções inimigas irreconciliáveis de organização independente e democrática dos trabalhadores e da vitória revolucionária. Isto é decisivo, porque é justamente a mobilização o melhor momento para enfrentar essa sífilis que corrói por dentro o movimento operário, o momento onde se dão as condições para varrê-la.

Por isso dizemos que é uma tática muito complexa, muito contraditória, que temos que adotar com muito equilíbrio. Por um lado, para ajudar a ação e a mobilização, fazemos todo tipo de acordos e nos parece extraordinário que intervenham todas as forças operárias, mesmo que sejam organizações stalinistas ou burocráticas. E de acordo com o tipo de luta, inclusive as não operárias, como as pequeno-burguesas ou burguesas, que circunstancialmente estejam enfrentando o governo burguês ou o imperialismo. Porém, esses acordos têm que estar sempre combinados, têm que ser parte de uma estratégia de delimitação de classe e de enfrentamento com essas direções. Ou seja, entre o acordo e o enfrentamento, se chega o momento em que se coloca abertamente essa contradição, nós continuamos denunciando essas direções, mesmo que o acordo rompa. É imprescindível que isto seja discutido muito bem, porque, ao contrário, correremos o risco de cair em um erro muito comum, de tipo mandelista: silenciar nossas críticas a esses burocratas traidores ou pequeno-burgueses, ou diretamente apoiá-los em sua política antioperária, pelo fato circunstancial de ter pontos em comum de luta. Ao fazê-lo, somente conseguiríamos enfraquecer essa luta, confundir as bases e a vanguarda e livrar a cara da direção traidora. Recordemos, por exemplo, a atuação da Brigada Simon Bolívar na revolução nicaraguense. Os combatentes da BSB lutaram – e três deram sua vida – junto à FSLN para derrotar Somoza. Tiveram o mérito e o heroísmo de libertar a primeira cidade da costa atlântica, o porto de Bluefields. Quando Somoza foi derrotado, os dirigentes sandinistas impuseram um governo formado pelos comandantes e a burguesia antisomozista (Violeta Chamorro e Robelo). A Brigada, por sua vez,

se lançou à organização sindical independente dos trabalhadores. Em menos de um mês, o acordo que existia e que havia permitido à Brigada ter um amplo local em Managuá, foi pelos ares, já que os brigadistas não renunciaram, como exigia a direção sandinistas, a impulsionar a organização sindical independente. Os brigadistas, apesar de terem sido apoiados por uma manifestação de 5.000 trabalhadores, foram expulsos da Nicarágua pela polícia sandinista e espancados pela polícia panamenha, à qual foram entregues na fronteira. Os mandelistas, por seu lado, apoiaram a repressão do governo e da polícia burguesa contra os brigadistas – muitos deles troskistas – para manter seu apoio à FSLN.

Nosso ponto de partida para definir qualquer tática unitária é o interesse da luta, da mobilização pelas necessidades mais prementes dos trabalhadores. Somente a partir daí começamos a colocar as diferentes possibilidades de aliança ou unidade. Esquecer isto pode nos levar ao ponto de vista mandelista ou do partido comunista: andar buscando algum burguês “progressivo”, algum pequeno-burguês “revolucionário” ou algum burocrata centrista incurável ou diretamente traidor, com o qual nos unir para, a partir daí, chamar a unidade ou, pior ainda, apoiá-lo diretamente. A realidade e a política revolucionária são o oposto. As ações de luta das massas são, como dizem os, um processo, e nossa grande tarefa é procurar as melhores palavras-de-ordem para desenvolvê-las. Entre elas, veremos qual é a melhor táticas de unidade para fortalecer essa luta e derrotar, ou pelo menos enfraquecer, o burocrata traidor com o qual podemos estar taticamente unidos num momento da mobilização.

No mesmo sentido, é bom esclarecer que nós nunca **apoiamos** uma direção burguesa, pequeno-burguesa ou operária traidora, reformista ou burocrática, mesmo quando estivermos taticamente unidos numa luta. **Nós somente apoiamos as lutas, as mobilizações, sejam dirigidas por quem quer que seja.** A essas direções além da questão de forma, do meio e do momento em que expressamos essa denúncia – as denunciemos sempre e, dialética e contraditoriamente, o momento que mais a denunciemos é quando estamos unidos taticamente a elas, porque é o momento da mobilização. Isso é assim porque a mobilização é a única forma de derrotar essas direções burocráticas e abrir caminho para uma nova direção. Somente quando há mobilização pode-se deixar evidente, aos olhos das massas, as vacilações e as

traições dos maus dirigentes e, às vezes ter a força necessária para varrê-los e forjar os novos dirigentes que poderão substituí-los. Por isso, insistimos sempre que o fundamental é a luta, a mobilização. Se essa mobilização exige táticas unitárias as levantamos, e seguramente o próprio desenvolvimento da mobilização desmascarará a traição burocrática e nos permitirá avançar na construção da nova direção. Conforme definimos, no começo, os termos de estratégia e táticas, poderíamos dizer que dentro de nossa estratégia decisiva e fundamental de construir o partido revolucionário com influência de massas, combatendo diariamente as direções traidoras, ajudando as massas operárias e populares a romper com elas, a destruí-las, a fazer a revolução contra elas e encabeçadas por esse partido revolucionário, um acordo, unidade de ação ou frente única, sempre será tático, mesmo que esta tática, num momento fundamental, possa ser decisiva para conseguir essa mobilização operária e popular.

Por último, queremos assinalar que tampouco é uma lei absoluta que, diante desses processos de luta e mobilização, estamos obrigados a levantar a tática de acordo ou unidade de ação com as direções traidoras. Muito pelo contrário. É tático. Faremos se for o melhor para desenvolver nossa estratégia de mobilizar e construir o partido. Por isso, muitas vezes levantamos o chamado à ação e à mobilização contra a vontade expressa da direção. A forma como o fazemos – que pode incluir também algum tipo de proposta unitária – dependerá de cada situação. Podemos chamar a direção traidora a se colocar na cabeça, ou a que reflita e mude, mil variantes. O importante é que nós não nos atrelamos a uma tática unitária, por mais importante que ela seja, já que, em última instância, o que mais queremos é o enfrentamento e a derrota dessas direções. Mais concretamente, como a burocracia sindical incrustada da direção da CGT e da ampla maioria dos sindicatos nos mostra dia-a-dia, vivemos constantemente mobilizações, greves e conflitos que, para triunfar, têm que ir contra essas direções, combatê-las e derrotá-las, ao mesmo tempo que combatem e derrotam a patronal. Em muitas situações assim, a proposta de unidade não se justifica ou somente se justifica de forma muito secundária ou pedagógica. Todos conhecem o caso da luta da Ford de Pacheco, em 1985, onde o centro de nossa política – muito correta – para a direção do SMATA (Sindicato dos Trabalhadores nas Montadoras de Automóveis), José Rodriguez, foi denunciá-lo como traidor por não apoiar a luta.

E, mais em geral, diante da tremenda crise da burocracia sindical, que passa a ser um problema de vida ou morte para a ação, a questão da democracia operária, de que sejam as bases quem discutam e votem o que fazer contra a fome e o entreguismo ao imperialismo, e por isso vamos nos encontrar mil vezes com que as propostas táticas de unidade são secundários ou somente educativas diante da colocação frontal de que a direção burocrática é canalha, com a qual não se pode sair à luta para ganhar, e que seja a base quem decida como e quando sair. Recordemos a experiência nefasta e negativa da última luta do sindicato da alimentação na Capital onde, por inexperiência, colocamos em primeiro lugar a unidade em torno do plano de luta do sinistro burocrata Daher (formalmente “votado” num plenário de delegados), contra o que queriam os melhores ativistas e grande parte da base em Bagley (fábrica alimentícia).

A tática unitária é distinta frente às correntes independentes progressivas

Como dissemos antes, e esquematizando, onde há ação e mobilização começa a haver rompimento no aparato burocrático e traidor, surgimento de correntes operárias, sejam organizadas ou não, que vão se tornando independentes, que vão se descolando para a esquerda e no enfrentamento a essas direções burocráticas, no terreno sindical ou político. Nós temos que atuar com tudo nesses fenômenos buscando todos os acordos e unidades possíveis com eles, para que se intensifique o rompimento com o aparato. Esses acordos, mesmo que inicialmente se dêem sobre o terreno sindical e não político, são decisivos, e temos que privilegiá-los, porque aceleram a crise das direções traidoras e burocráticas.

Nesse caso, tampouco existirá, pelo menos no começo, uma unidade total, um acordo completo em torno de tudo. Existirão seguramente diferenças de método, de princípios, de programa. Mas se estamos diante de uma corrente operária progressiva, a tática será de unidade-diferenciação, enfatizando o que nos une, o positivo, e polemizando fraternalmente sobre os pontos ou temas em desacordo, tratando de avançar juntos até o programa acabado da revolução socialista, ou seja, será a tática de frente única revolucionária. Esta relação se manterá assim até que consigamos o salto de que surja uma

organização comum, com centralismo democrático e em torno do programa revolucionário, ou até que a realidade mostre que o caminho dessa corrente é outro, que já não é mais uma corrente progressiva, mesmo que seja centrista, e que se cristalice como centrista, ou seja, reabsorvida pelo aparato. Diante desse caso, romperemos a frente única revolucionária.

Então, no seio da mobilização, privilegiamos sistematicamente a aproximação e a unidade com este tipo de corrente ou lutadores operários de esquerda, e com os quais nossa perspectiva mais ambiciosa, mais positiva será não somente o acordo conjuntural, mas algo mais profundo e fundamental: a frente única revolucionária, na perspectiva de avançar já não apenas na tática - importante, mas no final das contas 'tática' - de uma unidade de ação sindical ou política, mas no terreno estratégico fundamental e permanente da construção do partido revolucionário.

No nível de nossa organização mundial – a LIT (QI) – temos colocado já há muitos anos a necessidade de dar grande importância à busca audaz da unidade revolucionária com correntes independentes dos aparatos burocráticos, stalinistas, social-democratas e da Igreja. Na última Conferência Mundial de março de 1985 – na qual foi aprovado o Manifesto da LIT – essa tática foi votada como muito importante, privilegiada, para todos os nossos partidos. Durante 1985 e até o momento aprofundamos a experiência da unidade sindical-revolucionária de *A Luchar* na Colômbia e começamos a fazer experiências muito importantes de unidade sindical contra o governo e contra a burocracia no Brasil e na Argentina, o que está mostrando que, na prática, na atividade cotidiana da intervenção na luta de classes, as possibilidades de se fazer frentes revolucionárias vêm se dando, por enquanto mais no terreno sindical que no político, tal como esperávamos. A análise dessas experiências está no artigo “*A frente única revolucionária*”, do *Correio Internacional* nº 20..

“Uma insurreição de massas comove o mundo”

No primeiro capítulo do Manifesto da LIT, dizíamos:

“Nas minas inglesas e nos estaleiros poloneses e espanhóis, nas cidades e nos campos da América Latina, nas Filipinas, Índia, África do Sul, Oriente Médio e Nova Caledônia, milhões e milhões de operários, trabalhadores

rurais, desempregados, populações marginalizadas e subúrbios miseráveis, mulheres, pobres e jovens, povos oprimidos, nações, religiões e raças escravizadas, entram em luta. Grandes manifestações de rua, explosões sociais, insurreições, greves e paralisações gerais, ocupações de terras no campo e de terrenos e casas na cidade, guerrilhas de massas estouram a qualquer momento e em qualquer lugar do planeta”.

“Assistimos a uma radicalização tremenda da luta de classes, política e social. Este levantamento multitudinário das massas, dispostas a matar ou morrer na luta, em meio a uma crise econômica e social sem saída, tem detonada uma situação revolucionária mundial. Os de baixo não estão dispostos a continuar vivendo como o fizeram até agora, vítimas da crise e da miséria crescente. E começam a encurralar os de cima, que já não podem continuar dominando como antes”. (Correio internacional, n° 10, junho de 1985).

Esta pequena citação, assim como todo o Manifesto da LIT, mostra-nos que estávamos vivendo uma situação onde as lutas e mobilizações estouram por todos os lados, o que nos dá permanentes oportunidades para intervir nelas e para construir o partido. Em alguns países e regiões, como, por exemplo, o Cone Sul vivemos diretamente uma situação revolucionária que vem se aprofundando já há alguns anos. A riqueza dessa situação objetiva, seguramente, nos colocará seguidamente frente à possibilidade e à necessidade de impulsionar táticas de acordo e unidade de todo o tipo e para as mais diversas tarefas (sindical, política, democrática, anti-imperialista, etc., etc.), já que a ação operária e de massas se desenvolve por infinitos caminhos. Na Argentina, no MAS, estamos tendo a oportunidade de desenvolver táticas unitárias no terreno da luta pelos direitos humanos, pelo problema dos desaparecidos, em alguns conflitos operários, e no momento, na sua maior expressão de mobilização, nas greves gerais puxadas pela CGT por seu programa dos 26 pontos, e pela moratória da dívida externa. No terreno superestrutural, mas decisivo da luta de classes, como são as eleições sindicais, diante da tremenda crise da sinistra burocracia, temos constantemente oportunidade de avançar na luta para derrubar a burocracia impulsionando chapas unitárias de oposição antiburocrática.

Também na superestrutura, no terreno político-eleitoral, tivemos a oportunidade de desenvolver uma tática de frente eleitoral com o Partido Comunista e um pequeno setor do peronismo operário, a FREPU.

Nas regiões ou países onde a situação da luta de classes não alcançou ainda agudeza do enfrentamento do Cone Sul, como, por exemplo, a Europa, ou certamente alguns países do resto da América Latina ou EUA, não podemos falar que nos apresentam todos os dias as oportunidades de participar nas lutas e impulsioná-las e que elas se dêem em todos os terrenos. Entretanto, a correta descrição que damos do mundo no Manifesto da LIT, explica o fato de que, mesmo que de forma espaçada, esporádica, surgem amiúde mobilizações de massas frente às quais intervimos. Por exemplo, no mês de março de 1986, na Espanha, a atividade multitudinária dos opositores ao governo socialista reacionário de Felipe Gonzáles para impulsionar o NÃO no referendo sobre o ingresso na OTAN, que já mencionamos. O PST espanhol pôde desenvolver uma importante atividade, que o colocou numa posição muito boa no cenário da vida política do estado espanhol, ao impulsionar a tática de unidade de todos os que estavam pelo NÃO. A necessidade imperiosa de defender a Nicarágua da agressão imperialista norte-americana obriga-nos a levantar sistematicamente, em todos os países, a mais ampla unidade dá ação com todos os que estão dispostos a defendê-la.

As condições

Depois de ter explicado amplamente a questão de nossa estratégia histórica (o partido e a mobilização), fica mais claro expor as condições mínimas para poder colocar alguma tática de acordo ou unitária:

Que seja, nesse momento, a mais adequada para o desenvolvimento do partido e da mobilização, e não limite nossa independência, nem política nem organizativa, não limite nossas possibilidades de crítica feroz às direções traidoras, reformistas ou burocráticas, mesmo que tenhamos algum acordo ou frente conjuntural com elas, ou o que quer que seja.

Em outras palavras, podemos fazer pactos, acordos, unidades de ação ou qualquer coisa pelo estilo, conjuntural, até com o diabo e sua avó, se ajuda nos fins estratégicos de construir o partido e ampliar a mobilização.

Algo parecido se coloca para uma frente com organizações operárias. Diante de cada situação específica serão definidas como se concretizam estas condições, segundo o tipo de frente.

Mas além destes condicionamentos políticos, organizativos e de classe,

existe um problema concreto na atividade cotidiana que também devemos levar em conta, já que é um condicionamento de tipo objetivo: o tamanho das organizações, a correlação de forças entre os possíveis protagonistas do acordo ou frente. A grosso modo, estamos falando de táticas para atuar, para intervir em comum, estas estarão colocadas entre organizações de um tamanho mais ou menos equivalente, mais ou menos semelhante. Por exemplo, na França, não podemos imaginar propostas do tipo de que “nosso grupo, a Liga socialista e o PC façam alguma coisa juntos”, e menos ainda procurar o PC e propor-lhe formalmente, porque pensariam que somos loucos. Nós somos um grupo minúsculo e o PC ainda é, apesar de estar em retrocesso, um partido com influência massiva entre os trabalhadores, que tinha tradicionalmente um alto percentual dos votos e dirige a CGT, a principal central operária. Em todo caso, teríamos de dizer “que o PC faça tal coisa”, e lutar junto com ele, se este chega a fazê-lo. Caso contrário, criticá-lo por não fazer. Na Argentina, a relação de forças é totalmente diferente. Tanto o PC como nós, sem ter nenhuma influência massiva, somos importantes partidos nacionais, e podemos fazer-lhes propostas ‘de igual para igual’. Mas em geral, esta questão do tamanho sempre influi na escolha e formulação de todas as questões táticas.

Esquecer esta questão do tamanho, na formulação de nossas táticas unitárias pode nos fazer cair no ridículo. Trotsky, por exemplo, muito ao contrário da imagem de “sectário”, feita pelo stalinismo, era um maníaco das propostas unitárias, dos acordos e das frentes. Habitualmente, nas conversas e discussões com outros dirigentes e militantes da Quarta Internacional, ele era o primeiro a propor as mais audaciosas táticas de acordo, que muitas vezes eram rachadas pelos demais. Por isso levado pelo entusiasmo da intervenção na luta de classes, podia, às vezes, se esquecer das proporções. Quando Mateo Fossa o visitou em 1938, conversando sobre os problemas da libertação nacional na América Latina, Mateo perguntou sua opinião sobre o APRA, o partido nacionalista-burguês peruano, dirigido por Haya de La Torre. Como parte de sua resposta, o “velho” assinalou que lhe pareciam “desejáveis e possíveis os acordos com o apristas para determinadas tarefas práticas, com a condição de manter uma total independência organizativa”. Sem dúvida nenhuma, ao formular a política, estava deixando, de lado o fato de que o APRA era um partido nacional com influência de massas e os peruanos, que deviam propor o acordo, seriam aproximadamente... dois ou três.

Os diferentes tipos

De propósito não começamos por fazer um enunciado teórico ou um esquema classificatório dos diferentes tipos e níveis de acordos e frentes porque, na prática, poderíamos dizer que são quase infinitos. Seria um erro partir de um esquema classificatório e tentar aplicá-lo à realidade ou tratar de copiar mecanicamente as táticas dos clássicos: a própria realidade nos coloca uma infinidade de vezes, em questão de detalhes ou de grande magnitude, diante de situações que podem se resolver com um acordo, com um pacto, ou que exigem que se adote uma tática unitária pra a mobilização, para desenvolver a independência de classe no terreno superestrutural, etc. Vejamos alguns exemplos.

Como insistimos em que os acordos podem ser de qualquer tipo, de qualquer ordem, recordemos um extremo, com os fascistas: anos atrás, antes do golpe de 76, tanto nosso jornal como um pasquim fascista eram impressos na mesma gráfica, e coincidia o dia de fechamento, o que, toda semana provocava todo tipo de situação tensa e choques entre nossos companheiros e os fascistas, pela utilização da mesa. Finalmente, o diretor de nosso jornal, muito corretamente, discutiu com o chefe dos fascistas e conseguiu um acordo com eles, que permitiu compartilhar de forma ordenada a utilização da mesa. Começamos por este exemplo super mínimo e com o extremo oposto do espectro político, os fascistas, para insistir no caráter amplíssimo, concreto e tático da questão.

Outro exemplo também extremo, já não técnico como o anterior, mas do tipo parlamentar, poderia ser dado se tivéssemos hoje em dia um deputado no parlamento francês. Contra a posição de centro-direita encabeçada por Chirac, que quer impor a representação distrital, tanto os semi-fascistas de Le Pen como os socialistas de Mitterrand acham que deve se manter a representação proporcional. Nós achamos que esta é mais democrática, e se tivéssemos um deputado, poderíamos fazer **um acordo parlamentar mínimo**, conjuntural, com **os semi-fascistas e os socialistas** que estão no governo, para votar sobre esta questão no parlamento.

Sem dúvida, são dois exemplos superlimitados. O primeiro, como usar uma mesa com os fascistas. O segundo, uma situação que pode se dar a cada 20, 30, ou 50 anos, ou nunca em todo o século: colocar em acordo a extrema direita e a extrema esquerda num voto parlamentar. Num terreno parecido, poderíamos imaginar uma situação aqui na Argentina, em 1984 quando se

discutia a questão do acordo de paz com o Chile e o referendo. Se o governo dissesse “damos tanto tempo grátis na televisão aos que estão pelo não, e que entre eles se entendam para repartir o tempo”. Não podemos descartar que, para aproveitar esta grande ferramenta que é a televisão, teríamos que sentar numa mesa com o supergorila almirante Rojas para fazer um acordo sobre a distribuição do espaço. Continuamos falando de mínimos acordos técnicos.

Certamente, muito mais importante, são as possibilidades de ação política, como a que fizemos em novembro de 1985 com setores do partido Justicialista pelo referendo de Beagle, ou a que se esboça hoje, ou que já começou a se manifestar através da paralisação nacional de 24 de janeiro contra o pagamento da dívida externa. Quando surgem estas oportunidades, não temos que ser sectários. Temos que levantar, sem medo, esta unidade e buscar a forma e o equilíbrio corretos de nossas propostas unitárias e nossas críticas. Por exemplo, como nos interessa o não pagamento da dívida, fazemos pacto com quem quer que seja em torno dessa linha e fazemos as críticas no jornal, e não cada vez que nos reunimos com nossos aliados ocasionais já que quase seguramente estragamos essa possibilidade se cada vez que nos encontramos lhes dizemos de tudo, ainda que seja correto tudo o que dissermos.

Frente tem que ser entre partidos ou organizações operárias

Ao falarmos de frente – ou seja, do oposto da unidade de ação conjuntural, do acordo ou pacto conveniente, em torno de uma tarefa ou de uma palavra-de-ordem –, falamos da formação de **algum tipo de organismo permanente e de um programa, tem que ser entre organizações da mesma classe, ou seja, organizações operárias**. A classe operária é a base de sustentação da possibilidade de frentes progressivas mais ou menos duradouras com organismos, com algum tipo de institucionalização. Um típico organismo de frente operária é, por exemplo, um sindicato, porque não se faz em torno de uma reivindicação ou tarefa parcial, cotidiana, mas de uma tarefa histórica, que se dá através do tempo, a defesa dos interesses dos trabalhadores diante da patronal e do governo. Cada vez que há uma luta por um problema parcial, obtenha vitória ou não, a luta passa, mas o sindicato fica. Por exemplo, lutou-se muito pelas oito horas no século passado. As oito

horas foram conseguidas na Europa e os sindicatos continuaram. Por isso, dizemos que é uma frente, porque dá lugar a um organismo de classe, e para nós as frentes tendem a criar organismos de classe.

Por exemplo, desde que fizemos a FREPU, em 1985 na Argentina, ela tende a constituir um pólo de classe, e inclusive pode esboçar uma tendência em direção ao partido dos trabalhadores, ao partido laborista ou a um só partido de classe no país. Atenção que, por enquanto, é somente uma hipótese, uma interrogação, que vemos muito difícil de se concretizar. De todo modo, está justificado em certa medida o nome de Frente, pois foi uma frente eleitoral que desenvolveu toda uma campanha, com um programa comum. De qualquer forma, ainda não há bases que nos permitam dizer que esta frente se transformou numa frente de classe sólida. Quando for assim, se chegar a acontecer, teria que atuar, por exemplo, por maioria, e minoria, e disciplina na ação, pelo centralismo democrático, que é a característica das frentes de classe no terreno organizativo.

Quando falamos de frente única revolucionária como tática muito importante para a construção do partido, está perfeitamente aplicado o conceito de “frente” em seu sentido mais estrito, de classe, porque sempre insistimos que semelhante tarefa estratégica corresponde às correntes e organizações **operárias**. Como parte do desenvolvimento desse partido operário com influência de massas e de toda a mobilização revolucionária, poderá se propor atividades e tarefas comuns a aliados não operários, assim como com setores populares radicalizados, ou o semi-proletariado agrícola, segundo os países. Porém, desde o ponto de vista de classe, a tarefa de construção da direção revolucionária que possa levar à vitória da revolução socialista mundial corresponde aos operários e somente uma direção operária, revolucionária, poderá consegui-la.

A luta do movimento operário: exemplos de acordos e frentes

Muito rapidamente queremos mostrar que, desde os começos de sua luta organizada como classe e a formação de suas organizações políticas e sindicais, a história da classe operária apresenta constantemente exemplos de acordos, unidades de ação e frentes dos mais variados tipos. Já dissemos que

os sindicatos são, de fato, tradicionais organismos de frente operária. Assim mesmo, tomando a clássica definição de Riazanov, podemos dizer que a primeira organização internacional que a classe operária teve, a Primeira Internacional – fundada por Marx em 1864 –, era também uma frente operária, na qual coexistiam, de forma democrática, as duas grandes correntes que, na época, agrupavam os trabalhadores e outros grupos ou correntes menores, como os seguidores de Proudhon, de Lassalle, etc. Desde que começaram a lutar, se organizar e fazer propaganda revolucionária, os ativistas operários e os artesãos e intelectuais que engrossavam as fileiras revolucionárias conheceram a repressão de governos tanto ditatoriais como “liberais”, monárquicos ou republicanos. Por isso, nas prisões e exílios, no trabalho clandestino, desenvolveram-se, já muito cedo, todo tipo de acordos entre as mais diferentes tendências para garantir em comum a edição e a distribuição da imprensa revolucionária ilegal para enfrentar junto a repressão, para se defender da infiltração e detectar os espíões e dedo-duros, para organizar as reuniões secretas dos ativistas e dos dirigentes operários, para melhorar a vida dos exilados, ou organizar as fugas.

Também desde que os partidos operários socialistas se fizeram de massas, começaram a intervir com táticas de acordo na vida política. Por exemplo, quando havia processos eleitorais com dois turnos, e no segundo se enfrentavam o partido liberal burguês e o partido da reação monárquica, o Partido Social Democrata Alemão chamava a votar nos liberais.

O marxismo russo e sua expressão revolucionária, os bolcheviques, tomaram e aprofundaram essa tradição. O POSDR (Partido Operário Social Democrata da Rússia) dividiu-se em duas frações em 1903: os bolcheviques (maioria, seguidores de Lênin) e os mencheviques (minoridade, a ala oportunista, seguidores de Martov, Plekanov e outros), que se transformaram em duas correntes inimigas irreconciliáveis dentro do movimento operário marxista. Entretanto, até 1912, houve acordos respeitados e sistemáticos para manter o partido, para defendê-lo da repressão czarista, assim como numerosos acordos parciais e, inclusive, congressos comuns e fusões passageiras. Por outro lado, tanto bolcheviques como mencheviques fizeram numerosos acordos e ações comuns com as outras correntes do movimento revolucionário. Por exemplo, com os social-revolucionários (um partido de importante base camponesa e que fazia terrorismo) ou os anarquistas. Os soviets, surgidos

no calor da revolução de 1905, foram, de fato, os organismos de frente única operária das massas revolucionárias em luta, em particular dos trabalhadores de São Petersburgo (Leningrado), e neles coexistiam todas as correntes do movimento revolucionário russo.

Tudo o que acabamos de mencionar são exemplos entre correntes do movimento operário. Mas Lênin, por exemplo, na Duma (espécie de parlamento restrito que existia sob o czarismo, a partir de 1906), defendia que, em caso de empate entre os Kadetes (burgueses liberais constitucionalistas) e a extrema reação czarista, os Centúrias Negras, os representantes do POSDR desempatassem a favor dos liberais.

Trotsky, logo depois do racha de 1903, ficou fora das duas frações. Trabalhava com os mencheviques (editava um jornal com Martov) apesar de que costumava concordar mais com Lênin e os bolches nas posições políticas. Em seu livro “Minha Vida”, referindo-se à história do bolchevismo que Stálin e seus seguidores começaram a contar, diz: “Querem apresentar o passado (...) como se o bolchevismo tivesse surgido do laboratório da história já armado e equipado. A verdade é que a história da luta entre os bolcheviques e mencheviques está salpicada de incessantes aspirações de união.

Vejamos como ele relata o trabalho comum dentro do POSDR e algumas dessas aspirações de união. Durante o ensaio revolucionário de 1905, seus panfletos mais extensos eram reproduzidos numa gráfica clandestina no Cáucaso, instalada por um membro do Comitê Central dos bolcheviques, Krasin, que vivia em Kiev. Para o Congresso conjunto do POSDR que devia se realizar em maio de 1905, Trotsky preparou umas teses em comum com Krasin, que as apresentou na assembléia bolchevique prévia ao Congresso, como emendas às proposições de Lênin sobre o tema do governo provisório. Lênin considerou corretas as propostas que Trotsky enviava através de Krasin e foram aprovadas como posições bolcheviques no Terceiro Congresso do partido. Foi também o bolche Krasin quem ajudou Trotsky a entrar clandestinamente em São Petersburgo, onde pouco depois foi o Presidente do Soviet local.

Também em 1905, depois da chegada de Lênin à Rússia, o Comitê Central dos bolcheviques votou por unanimidade uma proposta para a fusão. Segundo Trotsky, os bolcheviques diziam que o racha entre as duas alas, originado por circunstâncias transitórias, não tinha razão de ser diante do de-

envolvimento da revolução. Em abril de 1906, ambas as frações se fundiram em Estocolmo, apesar de que seus caminhos rapidamente se distanciaram novamente. De qualquer forma, inclusive neste terreno interno ao POSDR, nem Lênin nem os bolcheviques levantaram a questão da unificação como um dever ou um objetivo permanente e superior às diferentes posições levantadas. A melhor demonstração disso deu-se em 1912, quando recomeçou o ascenso revolucionário. Trotsky, que continuava sendo independente, apesar de coincidir muito mais com os bolches do que com os menches nas questões políticas, tentou promover uma conferência que tivesse representação de todas as frações e, particularmente de bolches e menches. Os menches estavam de acordo com a proposta, e entre os bolches tinha certo peso o desejo da reconciliação para reunificar o partido. Lênin se opôs com todas as forças e essa fusão, qualificando-a como um bloco sem princípios, e essa foi a posição que primou entre os bolches. Pouco depois, o próprio Trotsky deu razão a Lênin, reconhecendo que não existiam bases políticas comuns para a reunificação.

Falamos na parte anterior não somente de acordos políticos entre as correntes do movimento operário, como também de acordos de todo tipo. Vejamos um exemplo bastante original do movimento revolucionário russo. Trotsky conta que, enquanto transcorria o Congresso do partido em 1907, realizado numa igreja em Londres, deram-se conta de que precisavam de dinheiro para terminar os trabalhos do Congresso e para pagar as passagens de volta à Rússia dos delegados. Naquele momento, apesar de que a revolução russa de 1905 já estava em descenso, os círculos liberais ingleses estavam comovidos e curiosos em relação a ela. Graças a isso conseguiram um acordo muito peculiar com um liberal inglês: este lhes emprestou o dinheiro que necessitavam – uma quantia alta – “como empréstimo para a revolução russa”. Sua condição foi que tivesse a assinatura de todos os congressistas. Trotsky esclareceu que somente depois dos anos de reação e de guerra, com o governo dos soviets no poder, puderam pagar lhe, e assim o fizeram.

A revolução de 1917 na Rússia dará, certamente, muitíssimos outros exemplos. Começemos por recordar o acordo que poderíamos chamar de técnico, feito nada menos que entre Lênin e... o império dos Hohenzollern. Alemanha e Rússia estavam em guerra (transcorria a grande guerra imperialista de 1914-1918). Lênin precisava atravessar o território alemão para

regressar o quanto antes à Rússia, onde havia caído o czar, graças à vitória da revolução de Fevereiro. O governo alemão, conhecendo a posição contrária à guerra sustentada pelos bolcheviques e um punhado de exilados internacionalistas, especulava que o regresso de Lênin somente poderia prejudicar o esforço bélico de seu inimigo, o governo provisório, aliado incondicional da Inglaterra e França. O acordo foi selado. Assim Trotsky relata o episódio:

“Aquela espécie de tratado internacional, feito entre a redução do jornal dos emigrados e o império dos Hohenzollern continha as condições da passagem destes pelo território alemão, traçada com extrema escrupulosidade. Para a viagem, Lênin exigiu completa extraterritorialidade; os viajantes cruzaram pela Alemanha sem que ninguém tivesse direito a lhes pedir os passaportes, registrar-lhes a bagagem, nem pôr o pé no vagão durante a viagem (daqui nasceu a lenda do “vagão blindado”). Por seu lado, os emigrados se comprometiam a questionar, chegando à Rússia, a libertação de um número igual de prisioneiros civis alemães e austro-húngaros” (**História da Revolução Russa**). Antes de partir, os revolucionários divulgaram a seguinte declaração:

“Os internacionalistas russos que se dirigem à Rússia, com o objetivo de se colocar a serviço da revolução, nos ajudarão a levantar os proletários dos demais países, sobretudo os da Alemanha e Áustria, contra seus governos”.

Sem dúvida, estas palavras contundentes poderiam esclarecer qualquer suspeita de que a conquista deste acordo tivesse mudado os irreconciliáveis sentimentos de luta de Lênin e seus companheiros contra o governo alemão. Este acordo com o Kaiser deu pano para a infame campanha do governo provisório, encabeçado por Kerensky, de que Lênin e os bolches eram agentes a serviço do governo alemão, e que regressavam à Rússia cumprindo ordem secretas do estado maior alemão. Certamente, o desenvolvimento posterior da luta mandou juntos, à mesma lixeira da história, as calúnias e seus promotores, os burgueses e seus agentes pequeno-burgueses do governo provisório.

Passando às questões mais políticas, já mencionamos o papel dos soviets em 1905, que se fortalecem e multiplicam em 1917, como os organismos democráticos de frente única das massas revolucionárias em luta, encabeçadas pelos operários. Em princípio, eram dominados pelos menches e os social-revolucionários. Entre setembro e outubro os bolcheviques ganharam

a maioria nos soviets operários. Lênin fez várias propostas de fusão entre grupos revolucionários. Primeiro com os mencheviques “internacionalistas”. Depois com o “Comitê Interdepartamental de Petrogrado”, uma organização de base essencialmente operária liderada por Trotsky, e que se uniu ao Partido Bolchevique em maio de 1917. Ao mesmo tempo, repudiou de imediato as propostas de fusão com os mencheviques (que faziam parte do governo burguês), que alguns dirigentes bolcheviques levantavam. Quando ocorreu o levante militar da contra-revolução burguesa, encabeçada por Kornilov, Lênin propôs, junto com Trotsky, lutar militarmente junto ao governo provisório para derrotar a contra-revolução. Realmente, podemos dizer que a tomada do poder pelo Partido Bolchevique, em outubro, foi muito facilitada graças ao acordo com a ala esquerda dos social-revolucionários, que acompanharam os bolches na tomada do poder. Por seu lado, os bolches, renunciando a muitas de suas propostas, aceitaram defender grande parte do programa de seus aliados conjunturais, os SR de esquerda, para o campo. Esta é uma simples enumeração das táticas mais importantes, no terreno dos acordos, frentes e fusões dos bolches antes de tomar o poder.

A III Internacional também mantém e amplia essa tradição nos breves, mas fecundos anos de seu trabalho revolucionário, que se expressaram em seus quatro primeiros congressos (1919-1922). Recordemos a tática da frente única operária lançada entre o 3º e 4º Congresso, para fazer frente ao refluxo revolucionário, à recomposição do capitalismo imperialista mundial e o fato de que, em numerosos países, os operários se dividiam entre os partidos comunistas – seguidores da direção revolucionária da III Internacional – e os social-democratas, organizados na II Internacional, que desde o início da guerra imperialista, em 1914, passaram a defender encarniçadamente o sistema capitalista. Além disso, uma questão muito discutida e que gerou distintas táticas unitárias, foi a orientação sindical. Alguns defendiam os sindicatos “vermelhos”, exclusivamente formados pelos operários comunistas; outros, que era melhor trabalhar dentro dos sindicatos pelegos ou independentes, e outros impulsionar os sindicatos únicos

Depois da morte de Lênin (21 de janeiro de 1924), da burocratização dos PCUS (Partido Comunista da União Soviética) e da III Internacional, Trotsky levantou muitas vezes táticas unitárias. Um dos exemplos mais importantes foi seu chamado à frente única na Alemanha, entre os partidos Co-

munista e Socialista (que, juntos, dirigiam a ampla maioria do proletariado alemão), para derrotar o nazismo. Nessa época, a III Internacional seguia a linha ultra-esquerdista do “terceiro-período” imposta pela burocracia stalinista a partir do VI Congresso, em 1928, segundo a qual o Partido Social-Democrata Alemão e os operários que o seguiam eram tão inimigos como os nazistas seguidores de Hitler. Na Espanha chamou a luta no campo militar republicano para derrotar os fascistas, a partir de julho de 1936, quando se iniciou a guerra civil.

Também quando ocorreu a agressão imperialista japonesa na China, dominada pelo fascista Chiang Kai-Shek, assinalou a necessidade de derrotar os japoneses lutando juntos aos exércitos do fascista Chiang.

No terreno da construção dos partidos revolucionários, nos diferentes países, e da nova Internacional, depois da bancarrota da III, em 1933, as posições de Trotsky contemplavam amiúde as mais audaciosas tentativas de acordos. O primeiro chamado à formação da IV Internacional, em 1933 estava assinado por quatro organizações, três centristas independentes e somente uma da Oposição de Esquerda Internacional (a organização dos seguidores de Trotsky), a seção russa. Com relação aos dirigentes individuais importantes que rompiam com o stalinismo, fossem ultra-esquerdistas, como o italiano Bordiga, ou centristas oportunistas como o espanhol Andrés Nín, fez sempre os maiores esforços para apagar as arestas, convencê-los da justeza das posições IV Internacional e chegar a acordos. E buscava sempre a reconciliação, inclusive depois das piores brigas e rupturas, fossem por razões políticas ou metodológicas. Demos somente o exemplo da Espanha. Trotsky rompeu pública e violentamente com Nín em 1933, por suas posições capituladoras e oportunistas. Na década de setenta se soube que, logo que estourou a guerra civil em julho de 1936, Trotsky mandou um enviado especial a Barcelona para se encontrar com Nín, com uma carta onde propunha discutir imediatamente algum acordo para intervir em comum na guerra civil, acrescentando que o que mais queria era poder viajar ele mesmo a Barcelona para levar este acordo adiante. Até onde sabemos, essa carta não chegou a Nín, que foi assassinado em 1937 pelos stalinistas.

Quanto aos processos de Moscou (1936-37), onde Stálin montou a farsa “jurídica” para acusar Trotsky de agente alemão, Trotsky propôs a formação da “Comissão Dewey”, uma espécie de tribunal moral, que era um acordo

muito positivo com intelectuais honestos, para desenvolver uma espécie de “processo” paralelo, que absolveu Trotsky.

Já mencionamos, quando da conversa com Mateo Fossa no México, a mania de Trotsky em defender táticas de acordo e unitárias para intervir na luta de classes, que o levou à exagerada proposta de “acordo” com o APRA.

Depois do assassinato de Trotsky, em 1940, iniciou-se um período de crise de direção na IV Internacional que ainda não superamos. Desde o começo da década de cinquenta, esta crise se expressou no surgimento de uma ala revisionista, o pablismo-mandelismo que, se manteve a tradição unitária, como já assinalamos antes, foi para colocá-lo totalmente a serviço do oportunismo e da capitulação às direções stalinistas ou nacionalistas-burguesas ou pequeno-burguesas.

A corrente trotskista ortodoxa que combateu o revisionismo e da qual somos parte, soube levantar corretamente propostas táticas unitárias. Recordando alguns exemplos do partido argentino, podemos mencionar nossa política para enfrentar a ofensiva golpista dos norte-americanos, da grande patronal e da igreja argentina, em 1954-55, contra o governo de Perón. Chamamos, durante meses, “a uma única frente operária para frear o imperialismo, os padres e os capitalistas”, e fizemos a seguinte proposta ao governo:

“Apesar de nossas divergências com o governo peronista, apesar de nossas críticas, queremos manifestar publicamente que, enquanto o governo não se entregue ao imperialismo norte-americano, diante do perigo de golpe fomentado por Wall Street, oferecemos ao governo um acordo de caráter técnico bem delimitado, público e sem compromissos políticos a fim de deter todas as tentativas do imperialismo para colonizar o país e superexplorar a nossa classe operária” (1954: *ano chave para a compreensão do peronismo*, por Nahuel Moreno, publicado em *O Golpe Gorila*).

Infelizmente, nem Perón, nem a direção burocrática da CGT chamaram os trabalhadores peronistas a se mobilizarem para evitar o golpe, e essa proposta não passou de mera propaganda. Caso distinto se deu durante a Resistência, em 1956, sob a repressão gorila, e com o peronismo na ilegalidade e intervenção na CGT e nos sindicatos: fizemos um acordo entre nosso partido, o POR, com os sindicalistas revolucionários de base do peronismo, para formar o MAO (Movimento de Agrupações Operárias). O acordo entre o POR e essas agrupações operárias de base, que eram revolucionárias, apesar

de se reivindicarem peronistas, deu lugar à formação de **Palavra Operária**, e à grande força que tivemos nas “62 Organizações”. Hoje em dia poderíamos dizer que foi uma extraordinária experiência de frente única sindical-política revolucionária, e que se tivemos desvios oportunistas não foi devido a essa frente, que foi extraordinária, mas sim por nossa inexperiência, pela juventude de nossa organização.

A importância que dávamos a esse problema de tática unitária e das possibilidades da FUR fez com que apresentássemos um texto sobre o assunto na Conferência Mundial de Trotskismo Ortodoxo, em 1958, na Inglaterra. Por tudo isso é que podemos dizer que nossa insistência atual na importância das táticas unitárias e de acordos, particularmente da frente única revolucionária, não é nada mais do que a continuidade de uma longa tradição, que se iniciou com marxismo, continuou no leninismo e no trotskismo, e se mantém desde 1940 no trabalho revolucionário da IV Internacional, no seu combate pela construção de uma direção revolucionária mundial com influência de massas.

